

Santa Casa da Misericórdia de Fafe

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2016

Sede: Rua Combatentes da Grande Guerra, 174 – 4820-250 FAFE

WWW.SCMFAFE.PT

Conteúdo

CONVOCATÓRIA	4
ÓRGÃOS SOCIAIS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE*	5
Introdução	7
1. Atividade desenvolvida.....	9
1.1 Infância e Juventude.....	10
1.1.1 Creche.....	10
1.1.2 Educação Pré-Escolar.....	11
1.1.3 Centro de Atividades de Tempos Livres	11
1.1.4 Salão de Estudo.....	12
1.2 População Adulta.....	13
1.2.1 Estrutura Residencial para Pessoa Idosa	14
1.2.2 Serviço de Apoio ao Domicílio	15
1.2.3 Serviço de Apoio ao Domicílio a Deficientes	16
1.2.4 Centro de Dia	17
1.2.5 Cantina Social.....	18
1.3 Saúde	18
1.3.1 Produção Realizada.....	18
1.3.1.1 Consulta Externa.....	18
1.3.1.2 GDH Ambulatório.....	21
1.3.1.3 Serviço de Urgência Básica	24
1.3.1.4 Meios Complementares de Diagnóstico e Tratamento.....	25
2. Atividades socioculturais e socioeducativas.....	25
2.1 Infância e Juventude.....	25
2.2 População Adulta.....	36
3. Investimentos	38
4. Recursos Humanos	39
5. Informações exigidas por diplomas legais.....	39
6. Factos relevantes após o termo do período.....	39
7. Data de autorização para emissão das demonstrações	39
8. Proposta de aplicação dos resultados	39
9. Perspetivas Futuras.....	40
10. Considerações Finais.....	41
Síntese Gastos e Rendimentos	42
Balanço	43
Demonstração dos Resultados por Naturezas	44

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	45
Demonstração dos Fluxos de Caixa	47
Anexo	48
1. Identificação da Entidade	48
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	48
3. Principais políticas contabilísticas	48
3.1. Bases de apresentação	48
3.1.1. Continuidade:	49
3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):	49
3.1.3. Consistência de apresentação	49
3.1.4. Materialidade e agregação:	49
3.1.5. Compensação	49
3.1.6. Informação comparativa	50
3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração.....	50
3.2.1. Ativos fixos tangíveis	50
3.2.2. Bens do património histórico e cultural	51
3.2.3. Inventários	51
3.2.4. Instrumentos financeiros.....	52
3.2.5. Fundos Patrimoniais	53
3.2.6. Provisões e passivos contingentes.....	53
3.2.7. Estado e outros Entes Públicos.....	53
3.2.8. Benefício dos empregados	54
3.2.9. Subsídios do Estado	54
3.2.10. Fluxos de caixa	55
3.2.11. Julgamentos e estimativas.....	55
3.2.12. Eventos subsequentes	56
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	56
5. Ativos fixos tangíveis	57
6. Bens do património histórico e cultural	58
7. Investimentos financeiros	58
8. Irmãos/membros.....	59
9. Inventários.....	59
10. Créditos a receber	59
11. Estado e outros Entes Públicos.....	60
12. Diferimentos	60
13. Caixa e depósitos bancários	60





3 auts

Luiz

Luiz

Luiz

3 auts

14.	Outros ativos correntes	61
15.	Fundos patrimoniais	61
16.	Excedentes de revalorização	61
17.	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais.....	62
18.	Provisões.....	62
19.	Fornecedores.....	62
20.	Outros passivos correntes	62
21.	Vendas e serviços prestados.....	63
22.	Subsídios, doações e legados à exploração	63
23.	Trabalhos para a própria entidade	63
24.	Fornecimentos e serviços externos	64
25.	Gastos com o pessoal	64
26.	Outros rendimentos	65
27.	Outros gastos.....	65
28.	Resultados financeiros.....	65
29.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	66
30.	Acontecimentos após data de Balanço	67

CONVOCATÓRIA



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE

CONVOCATÓRIA

Em harmonia com o disposto no artigo 23.º do *Compromisso* da Santa Casa da Misericórdia de Fafe, convido todos(as) os(as) Irmãos(ãs) no pleno gozo dos seus direitos a reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, no dia 8 do próximo mês de abril, deste ano de 2017, pelas 20h30, na Sede da Santa Casa da Misericórdia, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 174, em Fafe.

ORDEM DE TRABALHOS:

1. *Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;*
2. *Apreciação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano de 2016 e do parecer do Conselho Fiscal;*
3. *Proposta de Criação do Conselho Consultivo e aprovação do respetivo Regulamento Interno;*
4. *Apreciação de outros assuntos de interesse para a Instituição.*

No caso de, na hora acima indicada, não se encontrar presente a maioria legal, a Assembleia Geral funcionará ao fim de trinta minutos, independentemente do número de Irmãos(ãs) em sala.

Fafe, 08 de março de 2017.

O Presidente da Assembleia Geral,


(Dr. Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes)

Lehij
 fi.
 [Handwritten signature]
 3out 17

ÓRGÃOS SOCIAIS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE*

ASSEMBLEIA-GERAL		
Cargo	Nome	Número de Irmão
Presidente	Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes (Dr.)	287
Vice-Presidente	António Pinto Soares Peixoto (Dr.)	72
Secretário	Manuel Joaquim Pereira Barros (Prof.)	909

MESA ADMINISTRATIVA		
Cargo	Nome	Número de Irmão
Provedor	Vítor Manuel Monteiro Ferreira Leite (Prof.)	993
Vice-Provedora	Maria da Conceição Oliveira Costa Castro (Prof.)	118
Tesoureira	Ana Rita Moreira Cima (Dra.)	119
Secretário	Paulo Nuno Sousa Dantas (Dr.)	1005
Vogal	António Lopes Silva	541
Suplente	Rosa Maria Sousa Gonçalves Oliveira (Prof.)	1009
Suplente	José Mário Mendes Pires	1007
Suplente	António Jorge Fonseca Macedo	1000

CONSELHO FISCAL		
Cargo	Nome	Número de Irmão
Presidente	Jorge Manuel Monteiro Gomes (Dr.)	675
Vice-Presidente	Joaquim Manuel Guimarães Lima	938
Secretário	Manuel Joaquim Monteiro Barros	994
Suplente	Manuel Ribeiro João (Dr.)	720
Suplente	José Joaquim Silva Leite Dantas	239
Suplente	Augusto Araújo Cunha	98

*tomada de posse a 14 de Janeiro de 2017

mpm

Luiz

Luiz

Luiz
Santos

“Uma sociedade que descarta os seus idosos é uma sociedade sem dignidade, perde as suas raízes e vigor; uma sociedade que não se rodeia de filhos, que os considera um problema, um peso, não tem futuro. "Audiência Geral, 10 de fevereiro de 2015”.

(Papa Francisco)

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, nomeadamente, da alínea e), do artigo 27.º do *Compromisso*, a Mesa Administrativa preparou o presente Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2016, que vem submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral, nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 21.º, do mesmo *Compromisso*.

sh.
Pet
E
Santa

Introdução

Seguindo um preceito Instituído pela União das Misericórdias Portuguesas, compete a uma nova Mesa Administrativa em início de mandato, apresentar, na data prevista no *Compromisso*, o Relatório de Atividades e Contas do Exercício referente ao ano anterior.

Assim sendo, a apresentação do Relatório de Atividades e Contas que se segue, reporta-se a um legado da Mesa Administrativa cessante e obedece ao plano de atividades e orçamento para 2016, aprovado por este órgão, em 27 de novembro de 2015.

Por isso, deve ser referido que este documento espelha o desempenho da Santa Casa da Misericórdia de Fafe ao longo do ano civil de 2016, tendo como referencial os objetivos propostos e as atividades planeadas.

Foi, convenhamos, um ano difícil sob o ponto de vista dos cada vez mais reduzidos meios ao seu dispor, em contraponto com as cada vez mais acrescidas responsabilidades no que respeita à assistência a pessoas em situação de fragilidade e emergência social.

Acresce a este fator de constrangimento orçamental a redução da comparticipação particular (leia-se doações ou afins) e os crescentes pedidos de redução das comparticipações por parte das famílias, justificadas por situações de conjunturas familiares desfavoráveis.

Deve também ser referido que ao longo do ano a que respeita o presente Relatório, houve necessidade de repor o quadro de pessoal em algumas valências, dado que se encontrava em défice, face às imposições legais decorrentes do rácio funcionário vs utente.

Observado o Plano e Orçamento de 2016, concretamente as atividades nele previstas, verifica-se que o enfoque fora dirigido, como não poderia deixar de ser, às respostas sociais em que atua, em especial ao apoio a pessoas idosas, às crianças e jovens e à Saúde, visando objetivos como sejam:

- reforçar a consolidação económico-financeira, numa lógica de sustentabilidade dos projetos;

- *promover a sensibilização de todos os intervenientes para a redução e custos em diversas rubricas;*

- *desenvolver uma política de formação contínua dos colaboradores que alimente a criatividade e a inovação;*

- *compatibilizar o aumento das condições de conforto e humanismo de todos os clientes/utentes, com a racionalização de gestão de recursos;*

- *apostar em novas iniciativas.*

A consecução destes objetivos, que encerram princípios de natureza social, económica e de promoção de valores relacionados com o bem-estar dos utentes e trabalhadores, desenvolveu-se num quadro de alguns constrangimentos resultantes da crise económica e financeira que assolou o País, mormente as classes mais desprotegidas, onde o desemprego e a redução de apoios sociais foram os aspetos mais visíveis. Esta variável social impediu que o objetivo "*reforçar a consolidação económico-financeira, numa lógica de sustentabilidade dos projetos*", não atingisse o nível de estabilização proposto.

Por esta razão, o desempenho subjacente à missão que compete a Misericórdia tornou-se mais difícil, exigindo mais dos seus dedicados colaboradores, mas nem por isso deixou de cumprir a sua vocação, assente em princípios da qualidade e da melhoria da sua diversificada atividade.

Fazendo jus ao seu sentido de dever, a Santa Casa da Misericórdia apoiou, através das suas respostas sociais e solidárias, as pessoas em situação mais vulnerável, procurando satisfazer as expectativas dos nossos utentes e respetivas famílias, promovendo também o desenvolvimento socioeconómico através da criação de emprego, com a importância que este fator releva no âmbito da economia social.

Nesta abordagem retrospectiva das atividades desenvolvidas teremos necessariamente de referenciar como fator positivo o segundo ano de gestão do Hospital São José, que voltou à esfera administrativa da Santa Casa, exigindo um aturado e redobrado trabalho dos profissionais que aí exercem a sua atividade, bem assim dos membros dos corpos sociais que têm a incumbência da sua gestão. Trata-se, pois, de um novo desafio que ordena a todos os seus colaboradores a busca de novas competências para que a qualidade do serviço público de saúde seja cada vez mais uma realidade insofismável.

Refiro, a este propósito, que em termos contabilísticos recaiu neste ano económico a constituição de uma provisão relativa à possibilidade da Santa Casa ter de devolver à ARS uma parte do valor que fora calculado como produção efetiva relativa ao período de 2015, facto que determinou o aumento do défice de 2016 nas contas da Misericórdia, que, não sendo preocupante, exige da parte dos órgãos sociais da Santa Casa a assunção de medidas que revertam esta propensão.

Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'Luis' at the top, a signature in the middle, and 'Santa' at the bottom.

2017

Luiz

Tal, porém, não significa que a exploração do Hospital não constitua uma importante fonte de financiamento da Instituição.

fr

Outra valência que entrou em funcionamento no ano a que respeita este relatório foi o Lar Dr. António Marques Mendes, alargando assim a oferta de lugares em estruturas residenciais para pessoas idosas, cumprindo-se, desta forma, um compromisso antigo, assumido com o Instituto da Segurança Social.

AG

Importa também referir que este ano de 2016 ficou marcado pelo início das negociações com a *NephroCare*, empresa que detém a exploração da Unidade de Hemodiálise, para a sua deslocação para instalações fora do Hospital, o que nos permitirá redimensionar as valências médicas e requalificar algumas das existentes.

Santa

Em jeito de balanço, afirmaria que, não obstante a não consecução da desejável consolidação económico-financeira no ano de 2016, a Santa Casa da Misericórdia de Fafe cumpriu os deveres que a sua matriz ideológica preconiza, designadamente o compromisso de responsabilidade, bem-estar e solidariedade para com a comunidade que serve.

1. Atividade desenvolvida

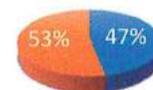
A Santa Casa da Misericórdia de Fafe desenvolve a sua atividade social e solidária oferecendo diversas respostas sociais com a qualidade e na forma mais adequada à população que serve, numa lógica de atuação integrada das suas múltiplas valências, que obedece aos diversos acordos de cooperação, celebrados outras entidades, designadamente os Ministérios da Segurança Social, da Educação e da Saúde.

As valências em que a Santa Casa da Misericórdia presta assistência social enquadram-se no âmbito de duas áreas de atividade - **Infância e Juventude e População Adulta** -, perfazendo 782 utentes.

Acresce a estas duas áreas a da **Saúde**, através da produção do Hospital.

Áreas de Atividade	Utentes
Infância e Juventude	369
População Adulta	416
TOTAL	785

Áreas de Atividade



■ Infância e Juventude ■ População Adulta

Pela análise do gráfico constata-se a existência de algum equilíbrio na distribuição dos utentes por área de atividade, com ligeira vantagem para a procura de serviços relacionados com a população adulta.

Nas tabelas e gráficos a seguir apresentados analisar-se-ão, de forma mais fina, cada uma das respostas sociais, elencando-se os respetivos objetivos e a respetiva importância no contexto da ação social.

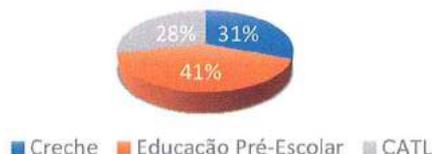
1.1 Infância e Juventude

No âmbito desta área de atividade, a Santa Casa da Misericórdia de Fafe “oferece” serviços em importantes respostas sociais, de acordo com a procura da população. Na Infância e Juventude as respostas sociais são as seguintes:

- Creche;
- Educação Pré-Escolar;
- Centro de Atividades de Tempos Livres.

Infância e Juventude	Utentes
Creche	114
Educação Pré-Escolar	150
Centro de Atividades de Tempos Livres	105
TOTAL	369

Infância e Juventude



Handwritten signature and the word "Santa" written vertically.

Observando estes dados, verifica-se que no conjunto dos três serviços o que tem maior procura é a Educação Pré-Escolar, acreditando-se que tal se deve ao facto de se tratar de um “nível de ensino” que, não sendo obrigatório, é de oferta universal, daí se constatando que se deve apostar na qualidade deste serviço, aliviando a sua estrutura operacional, de forma a equilibrar esta valência do ponto de vista económico.

1.1.1 Creche

A resposta social *Creche* tem 114 utentes, distribuídos por duas unidades físicas, é um equipamento de natureza socioeducativa vocacionado para o apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

Para concretizar a sua missão a *Creche* visa a consecução dos seguintes objetivos:

- *Facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar;*
- *Colaborar com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo da criança;*
- *Assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas da criança;*
- *Prevenir e despistar precocemente qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado;*
- *Proporcionar condições para o desenvolvimento integral da criança, num ambiente de segurança física e afetiva;*
- *Promover a articulação com outros serviços existentes na comunidade.*

Analisados os objetivos propostos, comprova-se que foram integralmente atingidos e que se trata de uma valência que continua a ter muita procura, razão por que, em nosso entendimento, se deve continuar a apostar na promoção da qualidade do serviço, concretamente na formação do pessoal, nas infraestruturas e no equipamento.

1.1.2 Educação Pré-Escolar

A educação *Pré-Escolar* tem 150 utentes, repartidos por dois estabelecimentos educativos, é um equipamento de natureza socioeducativa vocacionado para o apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças entre os 3 anos e a idade de ingresso ao ensino básico, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

Para concretizar a sua missão a *Educação Pré-Escolar* visa a consecução dos seguintes objetivos:

- Fomentar o desenvolvimento integral da criança através do aproveitamento das suas apetências e potencialidades, durante o afastamento temporário do seu meio familiar;

- Colaborar com as Famílias na promoção da Saúde e habilitá-las a um melhor conhecimento desta, para uma mais perfeita atuação no processo educativo;

- Assegurar os cuidados de higiene e alimentação adequados à idade das crianças;

- Estimular o convívio entre as crianças de forma a uma perfeita integração e inclusão social;

- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;

- Preparar a criança para o ingresso no ensino básico fomentando hábitos de atenção, estudo e trabalho;

- Contribuir para corrigir os efeitos discriminatórios das condições socioculturais no acesso ao sistema escolar;

- Assegurar a colaboração dos diversos níveis do pessoal técnico, em estreita complementaridade educativa, tendo como finalidade responder de forma integrada às necessidades biopsicossociais nas diferentes etapas do desenvolvimento da criança;

- Colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado;

- Desenvolver ações em parceria com a Comunidade, promovendo uma melhor relação Comunidade – Misericórdia;

- Desenvolver uma ação social de carácter preventivo e educativo, quer no contexto individual, quer no contexto coletivo, promovendo a solidariedade e os laços de vizinhança.

Analisados os objetivos propostos, comprova-se que foram integralmente atingidos e que se trata de uma valência que continua a ter muita procura, razão por que, em nosso entendimento, se deve continuar a apostar na promoção da qualidade do serviço, concretamente na formação do pessoal, nas infraestruturas e no equipamento.

1.1.3 Centro de Atividades de Tempos Livres

O *Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)* tem 105 utentes, repartidos por 4 espaços físicos e é a resposta social que proporciona atividades de lazer a crianças e

jovens entre os 6 (seis) anos e os 12 (doze) anos de idade, nos tempos livres das responsabilidades escolares, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, incidindo, de modo particular, nas áreas do desenvolvimento psico-motor, psicossocial, cognitivo, bem como da comunicação e construção dos códigos formais de aprendizagem.

l. t. y

O Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) visa a consecução dos seguintes objetivos:

l. t. y
Bautz

- Promover relações de interação de acordo com as necessidades específica das crianças;
- Promover o desenvolvimento de situações ricas em afeto que ajudem a criança a desenvolver sentimentos de segurança, estabilidade e pertença;
- Desenvolver formas de acolhimento dos pais das crianças que permitam a construção de sentimentos de confiança e compreensão mútua das lógicas educativas utilizadas por pais e educadores;
- Ajudar a criança a utilizar as suas crescentes capacidades psico-motoras, cognitivas e psicossociais, para descobrir, alcançar e explorar o mundo que a rodeia;
- Promover a aprendizagem progressiva de situações de exercício de responsabilidade e autodomínio;
- Ajudar a construção de normas individuais e sociais necessárias ao desenvolvimento de padrões de comportamento equilibrados;
- Possibilitar atividades de planificação de desenvolvimento de projetos e ideias; Incentivar situações de interação individual e em grupo e que permitam a discussão de pontos de vista e maleabilização de opiniões e conceitos.

Analisados os objetivos propostos, comprova-se que foram integralmente atingidos e que se trata de uma valência que continua a ter bastante procura, razão por que, em nosso entendimento, se deve continuar a apostar na promoção da qualidade do serviço, concretamente na formação do pessoal, nas infraestruturas e no equipamento.

1.1.4 Salão de Estudo

Em “Regime Livre”, por isso em situação extra acordo, a Misericórdia mantém em funcionamento um *Salão de Estudo*, que presta apoio a 58 crianças e jovens, entre os 6 e os 15 anos de idade, distribuídos pelos três ciclos do ensino básico. A saber:

Ciclos de Ensino	Utentes
1.º Ciclo	23
2.º Ciclo	17
3.º Ciclo	18
TOTAL	58

Ciclos de Ensino



O Salão de Estudo visa a consecução dos seguintes objetivos:

- *Despertar o gosto pelos estudos;*
- *Proporcionar o desenvolvimento de atitudes de trabalho autónomo;*
- *Construir um espaço de partilha de conhecimentos;*
- *Desenvolver competências que facilitem as aprendizagens dos alunos;*
- *Ajudar os alunos na eliminação de dúvidas;*
- *Apoiar os alunos na preparação de exames, exercícios escritos e trabalhos;*
- *Ajudar os alunos na aquisição de hábitos e métodos de estudo específicos;*
- *Desenvolver competências de consulta e de utilização de diversas fontes de informação;*
- *Proporcionar orientação e apoio na realização de trabalhos escolares designadamente nos trabalhos de casa.*

Observados os objetivos propostos, comprova-se que foram integralmente atingidos.

A valência “Salão de Estudo” é um serviço prestado à comunidade escolar, em “Regime Livre”, por isso fora de qualquer acordo ou protocolo com outras entidades.

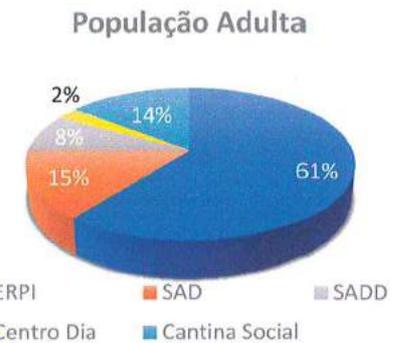
Considerando o elevado custo que está a imputar à Misericórdia, esta oferta terá de ser reestruturada em toda a sua dimensão de funcionamento, concretamente no que respeita à comparticipação familiar. Só assim se poderá converter em fonte de financiamento da Instituição e não um serviço gerador de avultados prejuízos, pondo em risco a sustentabilidade de outras valências

1.2 População Adulta

No âmbito desta área de atividade, a Santa casa da Misericórdia de Fafe “oferece” serviços em importantes respostas sociais, de acordo com a procura da população. Na População Adulta as respostas sociais são as seguintes:

- Estruturas Residenciais para Pessoa Idosa;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Serviço de Apoio Domiciliário a Deficientes;
- Centro de Dia;
- Cantina Social.

População Adulta	Utentes
Estrutura Residencial para Pessoa Idosa	252
Serviço de Apoio Domiciliário	60
Serviço de Apoio Domiciliário a Deficientes	34
Centro de Dia	10
Cantina Social	60
TOTAL	416



Examinando estes dados, confirma-se que no conjunto dos cinco serviços o que tem maior procura são as *Estruturas Residenciais para a Pessoa Idosa* (ERPI), confirmada pela cada vez maior lista de espera.

Consideramos que tal se deve às transformações verificadas na sociedade, especialmente de índole demográfica e familiar, como o progressivo envelhecimento da população e o aumento da esperança média de vida.

Assim, entendemos que deve ser feita uma aposta numa maior oferta de alojamentos em ERPI, priorizando-se a alteração da valência "*Crianças e Jovens em Situação de Risco*", conhecida por Lar 5, para *Estrutura Residencial para Pessoas Idosas*, mesmo que tal implique funcionamento em "Regime Livre".

Para este efeito foi já feito um primeiro contacto com o Sr. Diretor do Centro Distrital de Braga da Segurança Social, aguardando-se a marcação de uma audiência.

1.2.1 Estrutura Residencial para Pessoa Idosa

A ERPI é uma Resposta Social, com 252 utentes/clientes, distribuídos por 5 equipamentos sociais, desenvolvida em alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de saúde primários.

A ERPI tem por missão ser uma «casa de família» dos seus utentes, que necessitam de assistência e apoio, contribuindo para a estabilização, autonomia ou estimulação do envelhecimento ativo e integração social.

Além das Obras de Misericórdia e da cultura institucional e caritativa da Misericórdia, entre outros, constituem princípios gerais que presidem à filosofia de trabalho e gestão da ERPI os princípios da dignidade humana, da família como célula cristã fundamental da sociedade, da corresponsabilidade, da entreatuda e participação, da universalidade e igualdade, da solidariedade e economia social, da equidade social, da diferenciação positiva, da inserção social, da tolerância e da informação.

A ERPI, nas suas atividades, visa a consecução dos seguintes objetivos:

- *Acolher pessoas idosas, cuja situação social, familiar, económica e/ou de saúde, não lhes permite permanecer no seu meio habitacional de vida;*
- *Proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas;*
- *Prestar os apoios necessários às famílias dos idosos, no sentido de preservar e fortalecer os laços familiares;*
- *Proporcionar alojamento, alimentação, assistência religiosa, ajuda psicológica e ocupação organizada e acompanhada dos tempos livres;*
- *Assegurar a prestação dos cuidados adequados à satisfação das necessidades, tendo em vista a manutenção da autonomia e independência e a promoção da sua qualidade de vida, potenciando a integração social;*
- *Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação inter-familiar;*
- *Encaminhar e acompanhar as pessoas idosas para soluções adequadas à sua situação;*
- *Fomentar o processo de envelhecimento ativo;*
- *Facultar ao Utente o acesso a elementos lúdicos e audiovisuais, de leitura e bibliográficos, assim como a festas, passeios e visitas a diversas localidades e monumentos;*
- *Potenciar o convívio social entre os utentes e os seus familiares, amigos e a comunidade.*

df.

 3antz

Analisados os objetivos propostos, comprova-se que foram integralmente atingidos e que se trata de uma valência que continua a ter bastante procura, razão por que, em nosso entendimento, se deve continuar a apostar na promoção da qualidade do serviço, concretamente na formação do pessoal, nas infraestruturas e no equipamento.

1.2.2 Serviço de Apoio ao Domicílio

O *Serviço de Apoio ao Domicílio (SAD)* é uma Resposta Social, abrangendo 60 utentes, que consiste na prestação de cuidados e serviços individualizados e personalizados no domicílio das pessoas quando, por motivo de doença, deficiência, idade, ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades da vida diária.

O cumprimento desta missão obedece a uma estratégia de respeito pelos imperativos legais em vigor e pelos direitos do utente como pessoa, e enquanto ser biopsicossocial e espiritual dotado de dignidade e direitos, cuja relação assenta num compromisso com a qualidade e os mais elevados padrões éticos.

Além das Obras de Misericórdia e da cultura institucional e caritativa da Misericórdia, entre outros, constituem princípios gerais que presidem à filosofia de trabalho e gestão do SAD os princípios da dignidade humana, da família como célula cristã fundamental da sociedade, da corresponsabilidade, da entreatuda e participação,

da universalidade e igualdade, da solidariedade e economia social, da equidade social, da diferenciação positiva, da inserção social, da conservação dos direitos adquiridos, da tolerância e da informação.

O Serviço de Apoio ao Domicílio, nas suas atividades, visa alcançar os seguintes objetivos:

- *Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos utentes e famílias;*
- *Prevenir a institucionalização desnecessária, decorrentes de situações de dependência;*
- *Acautelar crises e a deterioração grave da situação pessoal e familiar;*
- *Proporcionar apoio personalizado aos utentes e/ou suas famílias no seu domicílio, de forma a criar condições facilitadoras de desenvolvimento global, assegurando-lhe cuidados de ordem física e apoio social, estabilidade emocional e vivência social;*
- *Contribuir para a promoção de atividades de sensibilização à comunidade envolvente que tenham por objetivo facilitar a integração do utente dependente, objetivando contribuir para a melhoria da qualidade de vida;*
- *Facilitar o acesso a serviços da comunidade;*
- *Promover a autonomia dos utentes;*
- *Prestar apoio psicossocial aos utentes e familiares, de modo a contribuir para o seu equilíbrio, bem-estar e melhoria da qualidade de vida.*



Examinados os objetivos atrás prescritos, confirma-se que foram plenamente atingidos e que se trata de uma valência que continua a ter bastante procura, razão por que, em nosso entendimento, deve continuar no quadro das valências da Misericórdia e também porque contribui para a permanência das pessoas no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais.

1.2.3 Serviço de Apoio ao Domicílio a Deficientes

O Serviço de Apoio ao Domicílio a Deficientes é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

O Serviço de Apoio ao Domicílio a Deficientes (SADD), visa a consecução dos seguintes objetivos:

- *Concorrer para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias;*
- *Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar;*
- *Contribuir para a permanência das pessoas no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais;*
- *Promover estratégias de desenvolvimento da autonomia;*
- *Prestar os cuidados e serviços adequados às necessidades dos utentes*

(mediante contratualização);

- Facilitar o acesso a serviços da comunidade;
- Reforçar as competências e capacidades das famílias e de outros cuidadores.

Analisados os objetivos prescritos, confirma-se que foram plenamente atingidos, devendo, em nosso entendimento, continuar no quadro das valências da Misericórdia e também porque contribui para a permanência das pessoas no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais.

de.
L. H. M.
Zury

1.2.4 Centro de Dia

O centro de dia é uma resposta social destinada a pessoas idosas de ambos os sexos que proporciona, em horário diurno, um conjunto diversificado de serviços e atividades de desenvolvimento pessoal tendentes ao bem-estar do utente e ao seu equilíbrio emocional e físico, e de apoio à respetiva família.

O cumprimento desta missão obedece a uma estratégia de respeito pelos imperativos legais em vigor e pelos direitos do utente como pessoa, e enquanto ser biopsicossocial e espiritual dotado de dignidade e direitos, cuja relação assenta num compromisso com a qualidade e os mais elevados padrões éticos.

Além das Obras de Misericórdia e da cultura institucional e caritativa da Misericórdia, entre outros, constituem princípios gerais que presidem à filosofia de trabalho e gestão do Centro de Dia os princípios da dignidade humana, da família como célula cristã fundamental da sociedade, da corresponsabilidade, da entreatajuda e participação, da universalidade e igualdade, da solidariedade e economia social, da equidade social, da diferenciação positiva, da inserção social, da tolerância e da informação.

O Centro de Dia (CD), nas suas atividades, visa alcançar os seguintes objetivos:

- Proporcionar serviços adequados à satisfação das necessidades dos Utentes;
- Promover relações do utente com a comunidade e na comunidade;
- Prestar apoio psicossocial;
- Fomentar relações interpessoais e intergeracionais;
- Favorecer a permanência da pessoa idosa no seu meio habitacional de vida;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;
- Contribuir para a prevenção de situações de dependência, promovendo a autonomia, funcionalidade e independência pessoal e social do utente;
- Facilitar a conciliação da vida familiar e profissional;
- Prevenir doenças degenerativas.

Analisados os objetivos propostos, comprova-se que foram integralmente atingidos e que se trata de uma valência que continua a ter muita procura, razão por que, em nosso entendimento, se deve continuar a apostar na promoção da qualidade do serviço, concretamente na formação do pessoal, nas infraestruturas e no equipamento.

Handwritten signatures and initials on the right margin, including "L. L. L.", "L. L.", "L. L.", and "Zaia".

1.2.5 Cantina Social

A Cantina Social (CS) é uma resposta social que se insere na Rede Solidária de Cantinas Sociais, constituindo-se como uma resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, que assegura aos utentes refeições diárias, destinadas, preferencialmente, ao consumo externo e, caso tenha condições, pode ainda fornecer refeições ao domicílio.

Este serviço começou em 2012, prevendo-se a sua extinção para breve, sendo substituída por um novo modelo de apoio.

A Cantina Social (CS), visa a consecução dos seguintes objetivos:

- *Garantir alimentação à população carenciada, através da disponibilização de refeições*
- *Promover a autoestima através da prática de hábitos de higiene;*
- *Sempre que seja necessário, encaminhar para outros serviços.*

Observados os objetivos propostos, comprova-se que foram integralmente atingidos e que se trata de uma valência que continua a ter bastante procura. O recente anúncio da substituição desta resposta pela distribuição de cabazes alimentares, em nosso entendimento, perderá eficácia social e não garantirá alimentação aos beneficiários. Dever-se-ia continuar a apostar na promoção da qualidade do serviço (cantina social) e, se possível, estendê-lo a mais famílias.

1.3 Saúde

Nos termos e ao abrigo do Decreto-Lei 138/2013, de 9 de outubro, foi assinado no dia 14 de novembro de 2014, o Acordo de Cooperação entre a Administração Regional de Saúde do Norte, IP (ARS Norte, IP) e a Santa Casa da Misericórdia de Fafe (SCMF), através do qual foi devolvido o Hospital de S. José de Fafe (HSJF) à SCMF.

Iniciou, assim, a SCMF a gestão do HSJF, no dia 1 de janeiro de 2015, desenvolvendo todos os esforços por forma a garantir que o início de produção fosse garantido de imediato já que mantinha ao seu serviço o pessoal necessário para o efeito.

No ano a que respeita o presente relatório (2016), consta-se que a produção foi integralmente atingida, como se comprova pelos dados a seguir enunciados:

1.3.1 Produção Realizada

1.3.1.1 Consulta Externa

Primeiras Consultas: Provenientes de referenciações efetuadas via ALERTP1, foram realizadas neste ano, 5910 primeiras consultas das quais 2437 foram de Oftalmologia. Apesar da sua referenciação ter sido objeto de suspensão em Abril, continuaram mesmo assim a contribuir com uma significativa percentagem (45,49%) no total das realizadas, que, associadas às efetivadas pelas outras três Especialidades, conduziram a uma **taxa de realização de 110,32%**.

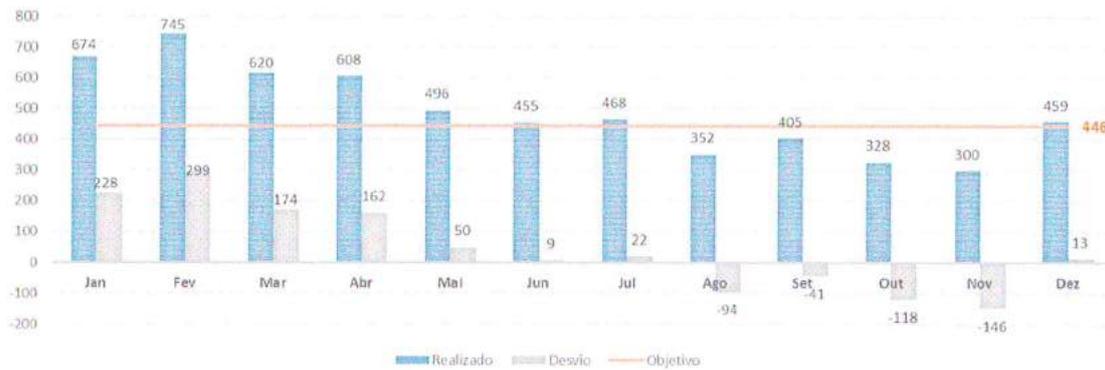
PRIMEIRAS CONSULTAS

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	% executada
Cirurgia Geral	148	192	134	149	133	146	140	121	152	154	165	142	1 776	33,15%
Medicina Interna	3	5	4	7	8	5	4	6	8	8	4	4	66	1,23%
Oftalmologia	347	372	330	333	241	175	193	126	106	16	4	194	2 437	45,49%
Ortopedia	176	176	152	119	114	129	131	99	139	150	127	119	1 631	30,45%
Total	674	745	620	608	496	455	468	352	405	328	300	459	5 910	110,32%

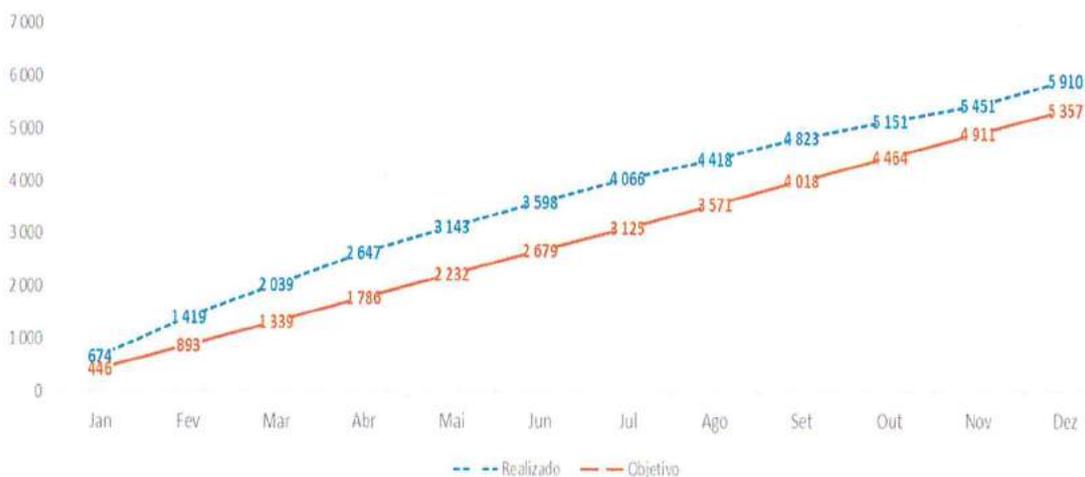
Luiz
Luiz
Luiz

Com esta suspensão da referenciação de doentes da Especialidade de Oftalmologia, a realização de Primeiras Consultas nestes 12 meses, aproximou-se do objetivo médio mensal de 446 consultas, da forma que o gráfico apresenta:

Santos



Parcialmente ultrapassada que foi, com esta suspensão, a necessidade de cumprimento dos Tempos de Resposta Médio Garantidos (TMRG) na especialidade de Oftalmologia, foi solicitada a reabertura da referenciação via ALERTP1 para esta Especialidade a partir de 15 de novembro, de forma a poder ser dada resposta aos imperativos decorrentes do Acordo, sem deles muito se afastarem, no final do corrente ano.



Consultas Subsequentes: Nesta sublinha de produção contratada, constata-se que com a revisão do Anexo III, foi invertida a taxa de execução apurada no primeiro semestre que era de 28,98% e que no final do ano se cifrou nos 124,18%, algo superior à das Primeiras Consultas.

lobin
[Signature]
[Signature]
[Signature]
Zac

CONSULTAS SUBSEQUENTES

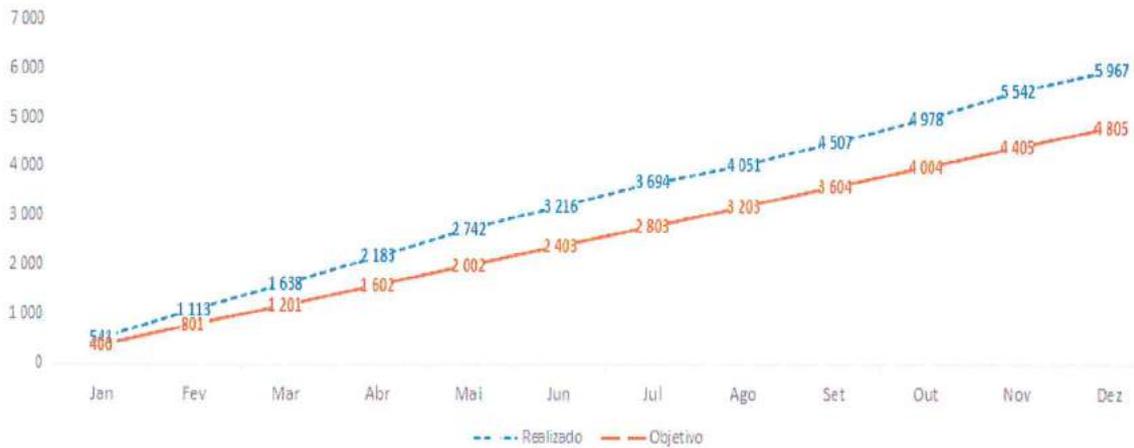
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	% executada
Cirurgia Geral	207	221	206	216	192	178	173	129	183	181	202	182	2 270	47,24%
Medicina Interna	26	12	21	16	21	19	17	15	16	14	23	22	222	4,62%
Oftalmologia	139	189	127	167	184	130	135	96	98	116	182	66	1 629	33,90%
Ortopedia	169	150	171	146	162	147	153	117	159	160	157	155	1 846	38,42%
Total	541	572	525	545	559	474	478	357	456	471	564	425	5 967	124,18%

Admitiu-se que com a diminuição da atividade cirúrgica expectável no 2.º semestre, o nível médio de 400 Consultas Subsequentes mensais (redefinidas com a revisão das linhas de produção) fosse possível atingir. Este objetivo foi conseguido, como se pode verificar no gráfico seguinte:



Como se verifica neste gráfico, para um objetivo de 4805 Consultas Subsequentes realizaram-se 5967, a que corresponde, como se disse, a uma taxa de realização de 124,18%,:

Luiz
Di.
3ant



1.3.1.2 GDH Ambulatório

Como foi referenciado na Introdução deste Relatório, com a disponibilização da plataforma WEBGDH tornou-se possível definir “duma forma mais perceptível a qualidade da produção cirúrgica do Hospital em sede de GDH” o que justificou a solicitação de inclusão de **GDH Médicos** na linha de produção GDH Ambulatório, que aceite pela ARSN, conduziu a uma redução para 1883 o número de GDH Cirúrgicos contratualizados.

GDH Cirúrgico: Como reflexo proporcional da produção em Consulta Externa, atingiu-se com este ano uma Taxa de Execução do Acordo no valor de **106,80%**.

GDH Cirúrgico

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	% executada
Cirurgia geral	41	40	33	35	38	30	31	25	44	45	40	31	433	23,00%
Oftalmologia	90	88	109	103	104	119	63	48	54	52	96	12	938	49,81%
Ortopedia	54	50	67	46	49	62	64	27	62	53	53	53	640	33,99%
TOTAL	185	178	209	184	191	211	158	100	160	150	189	96	2011	106,80%



Handwritten signatures and initials on the right margin.

Era expectável que com a redução da atividade cirúrgica no 2.º semestre, fosse possível aproximar a produção cirúrgica dos objetivos do Acordo. Tal foi atingido sem, contudo, ter sido ultrapassado em 6,8% o que condiciona a prevista penalização neste excedente de 10%, nesta linha de produção.



De referir que estes valores só entram em linha de conta com o número de doentes tratados e não com o número de procedimentos cirúrgicos realizados no mesmo episódio (bilateralidade e múltiplos diagnósticos secundários).

GDH Médico: Realizados que foram 129 episódios codificados como GDH médicos, uma significativa percentagem (105,26%) foram realizados por Cirurgia Geral e os restantes (7,89%) por Ortopedia.

GDH Médico

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	% executada
Cirurgia geral	14	19	10	7	9	17	11	3	10	7	8	5	120	105,26%
Oftalmologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Ortopedia	1	0	0	1	1	0	1	0	2	0	2	1	9	7,89%
TOTAL	15	19	10	8	10	17	12	3	12	7	10	6	129	113,16%

Zucas

h h i j

Que se distribuíram ao longo do ano da forma que este gráfico apresenta:

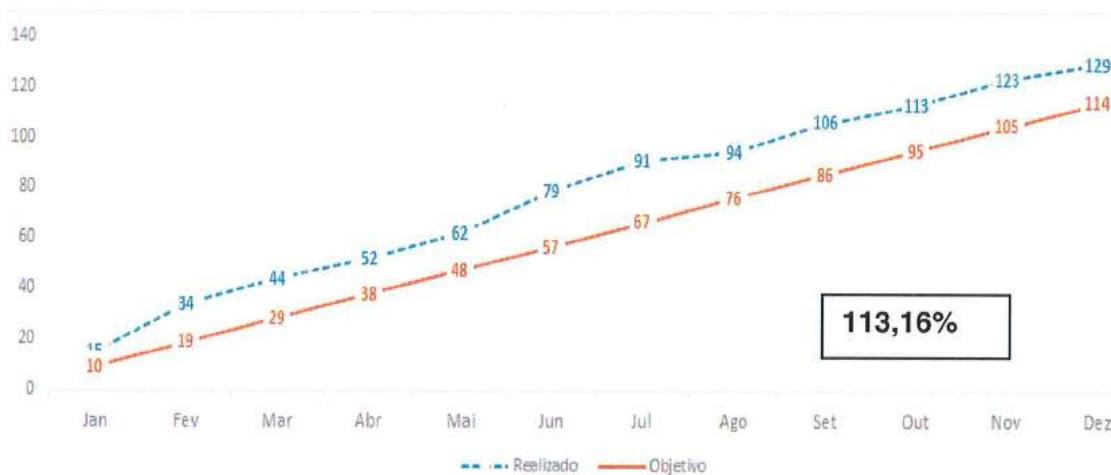
de

de

3 aut



E que cumulativamente conduziu a uma taxa de realização de 113,16% com a respetiva penalização de nos 10% excedentes.



1.3.1.3 Serviço de Urgência Básica

Integrado na rede nacional dos SU como SUB, pelo gráfico abaixo, verifica-se ter sido atingida uma taxa de realização de **119,46%** (expurgados os episódios de “prestação de cuidados de saúde devidos por terceiro legal ou contratualmente responsável”).

URGÊNCIA

	Contratado	Realização	Variação	Taxa de execução
Atendimentos	28 669	34 248	-5 579	119,46%
TOTAL	28 669	34 248	--	--

Urgência

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atendimentos URG	2 781	2 722	3 113	3 020	2 972	2 587	2 836	2 684	2 513	2 676	2 660	3 684	34 248
acumulado	2 781	5 503	8 616	11 636	14 608	17 195	20 031	22 715	25 228	27 904	30 564	34 248	



Com um acréscimo de **12,92%** de atendimentos realizados neste ano, quando comparado igual período do ano anterior, acrescido duma **redução contratual de 3,7%** sobre a produção de 2015, estava já previsto no relatório do 3.º trimestre do ano que iria haver um excedente significativo nesta linha de produção que se confirmou, como atrás referenciado, ser de **19,46%** (5579 episódios).

Este aumento de procura do SUB do HSJFafe não estará alheio o aumento da qualidade dos serviços de atendimento praticados neste serviço, ao qual não poderemos deixar de prestar a necessária e permanente atenção.

Pesem embora os prejuízos económicos/financeiros que deste aumento de procura possam advir, pouca contribuição poderá ser pedida à SCMF para a sua redução.

1.3.1.4 Meios Complementares de Diagnóstico e Tratamento

Os MCDT realizados e incluídos no preço compreensivo dos episódios de Urgência e Consulta Externa, alcançaram um número total de **51 238** exames realizados no âmbito do Acordo.

MCDT'S

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Relação
ACORDO														
Imagiologia	4 862	4 344	5 383	4 160	3 279	2 717	3 175	2 596	2 102	2 136	2 453	2 575	39 782	77,6%
Análises Clínicas	1 050	957	1 015	848	849	979	844	940	1 163	906	1 138	767	11 456	22,4%
Total	5 912	5 301	6 398	5 008	4 128	3 696	4 019	3 536	3 265	3 042	3 591	3 342	51 238	--
CONVENCIONADOS														
MFR	1 227	1 689	2 184	2 065	2 544	3 123	2 941	2 975	3 300	3 368	3 976	3 056	32 448	--
Imagiologia	19	17	32	23	30	30	12	26	31	36	28	17	301	--

Handwritten signatures and initials:
 - Top signature: *Luiz*
 - Middle signature: *Dr.*
 - Bottom signature: *Bank*

Já os tratamentos realizados por Medicina Física e Reabilitação e os exames realizados por Imagiologia, no âmbito do regime convencionado, totalizaram um valor global de **32583** e de **301**, respetivamente.

2. Atividades socioculturais e socioeducativas

2.1 Infância e Juventude

INTRODUÇÃO

Este relatório tem por base os dados constantes nos Planos Anuais de Atividades dos anos letivos 2015/2016 e 2016/2017 do setor educativo da Santa Casa da Misericórdia. Visa compilar num documento único a apreciação feita sobre o desenvolvimento das atividades realizadas na Creche e na Educação Pré-Escolar dos Jardins-de-Infância n.º 1 e n.º 2, bem como nos Centros de Atividades de Tempos Livres e no Salão de Estudo.

ATIVIDADES PROGRAMADAS

Estas valências definiram as atividades com base nos objetivos do projeto educativo da Instituição e nos interesses das crianças. Estas atividades exigiram uma planificação estruturada feita em conjunto por todo o corpo docente e procurou-se incluir na sua participação não só as crianças e o pessoal auxiliar de ação educativa, mas também, sempre que possível, os pais/encarregados de educação, assistentes operacionais, autarquia e outros parceiros).

Liby
 de
 Fafé
 30/01/2016

JANEIRO – MÊS DO CINEMA

1. Cantar os Reis à Comunidade
2. Dia da Não Violência e da Paz nas Escolas
3. Visita ao cinema (Sala Manoel de Oliveira) para visualização de um filme

O mês de janeiro, marcado pelo início do ano civil e pelo término das celebrações relacionadas com a época natalícia, teve como primeira atividade programada o “Cantar dos Reis à Comunidade”. Neste sentido, por convite da Câmara Municipal e em conjunto com outras Instituições do município desenrolou-se a atividade dos “Cantares dos Reis” ao Sr. Presidente da Câmara, no Pavilhão Multiusos, com direito a um prémio final de participação. Ainda no contexto desta celebração foi organizado nos jardins-de-infância um convívio com os Pais/Encarregados de Educação, onde as crianças cantaram os reis



em conjunto, seguindo-se um lanche entre todos, proporcionado pela Instituição e pelo corpo docente, sendo feita, num outro dia, uma visita ao Lar da Tomada para que as crianças da educação pré-escolar pudessem também cantar os reis aos utentes desta resposta.

A atividade do Dia da Não Violência e da Paz nas Escolas iniciou-se com a elaboração de cartazes realizados pelas crianças com mensagens de Paz para afixar nos jardins-de-infância.

Houve ainda uma deslocação dos dois Infantários, e com a participação de outras instituições, ao centro da cidade, onde se cantou em conjunto uma canção alusiva à paz e onde se libertaram Pombas Brancas como símbolo da não-violência, harmonia, esperança e paz para que as crianças compreendessem a importância desta data e dos seus símbolos. Esta atividade teve como principal objetivo alertar crianças, pais, professores e toda a sociedade para valores como o respeito, a cooperação e a solidariedade.

Sendo este o mês escolhido para dedicar à exploração do tema *cinema*, tentou-se realizar a visita ao cinema (Sala Manoel de Oliveira) para visualização de um filme de acordo com o que estava programado no plano anual de atividades, no entanto, a

mesma não pode realizar-se por falta de disponibilidade do Teatro Cinema. Em substituição desta atividade foi realizada uma visita à biblioteca municipal com o intuito de assistir ao filme “O Gato das Botas”.

Ainda no mês de janeiro, e tendo por base os preceitos que orientam o processo educativo do



CONCURSO DE IDEIAS
 PROJETOS DE ESCOLAS SELECIONADOS
 [NORTE]

Concelho	NOME DA ESCOLA	TÍTULO DO PROJETO	Escala
Santa Maria da Feira	Externato Infantil "Paraiso dos Pequenin@s"	Com café me limpo	1º
Amares	Escola Secundária de Amares	Pensar verde com Ciência na nossa Escola	1º
Barcelos	Escola Básica e Secundária de Vila Cova, Barcelos	"Ver com as mãos, olhar com o coração" - uma ação conjunta entre as salas de EB1/JI de Creixomil e da EB1/JI da Enxara do Bispo	1º
Fafe	Jardim de Infância 2 da Santa Casa da Misericórdia de Fafe	POUP'ÁGUA, Pela Sua Vida!	1º

setor da educação da nossa instituição, nomeadamente a sua permanente recetividade à inovação pedagógica e a adoção de metodologias educativas modernas, decidiu-se concorrer, à 13.ª Edição do “Projeto Ciência na Escola”, promovida pela Fundação Ilídio Pinho, pelo Ministério da Educação e Ciência e pelo Ministério da Economia, tendo em vista o Prémio “Ciência na Escola” – Fundação Ilídio Pinho. Este prémio visa motivar as crianças da educação pré-escolar para a aprendizagem das ciências e para escolha de áreas tecnológicas e, neste contexto, decidiu-se concorrer com dois projetos. Depois de analisadas e avaliadas as candidaturas pelo Júri Regional na fase do “Concurso de Ideias”, o projeto “POUP’ÁGUA, Pela Sua Vida!”, do Jardim de Infância nº 2, que procurava estimular a adoção de boas práticas ambientais e incentivar a poupança de água, foi selecionado para passar à fase seguinte. Esta fase posterior o projeto foi desenvolvido no Jardim de Infância, sendo intervenientes as próprias crianças e todos quantos contribuem para o seu desenvolvimento integral.

Woj
 de
 E
 Sant

FEVEREIRO – MÊS DA PINTURA

1. Desfile de Carnaval
2. Dia de S. Valentim
3. Elaboração de máscaras/telas



De acordo com o previsto, as atividades do mês de fevereiro iniciaram-se com os preparativos para a comemoração do Carnaval. No entanto, a execução dos disfarces carnavalescos iniciou-se com alguns meses de antecedência. Para assinalar esta efeméride foram idealizados e produzidos disfarces de carnaval para cada uma das salas da creche. No que diz respeito às salas da educação pré-escolar, tendo em conta que estas viriam a participar no Desfile de Carnaval das Escolas do Município, que sempre envolve milhares de crianças, foi definido um tema - “Artistas em Palco”. Este, foi escolhido em consonância com tema do projeto educativo “Educar pela Arte” e resultou nos fatos carnavalescos de Amália Rodrigues e Luís Vaz de Camões (sala dos 3 anos), Marilyn Monroe e Charlie Chaplin (sala dos 4 anos),



Beatriz Costa e Vasco Santana (sala dos 4/5 anos) e Pop Star e Michael Jackson (sala dos 5 anos). A avaliação desta atividade foi bastante positiva tendo o desfile proporcionado às crianças e ao público momentos de muita alegria e diversão. As crianças desfilaram disfarçadas de acordo com as personagens selecionadas e deram brilho e colorido às ruas da cidade com muitos sorrisos, magia e muita animação.

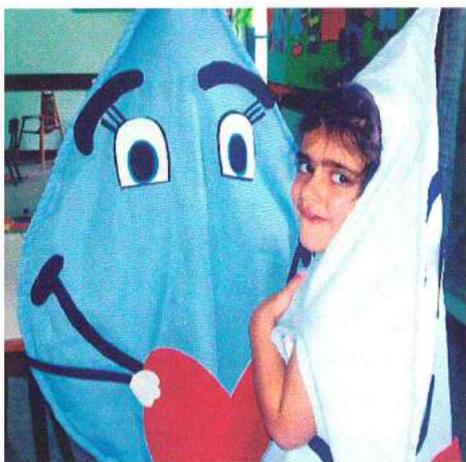
O dia de S. Valentim foi assinalado com atividades livres realizadas ao nível de cada sala.

Sendo fevereiro o mês dedicado à pintura, foram elaboradas máscaras e telas por todas as salas do Jardim de Infância com a utilização de diversas técnicas de pintura que deram "asas" à criatividade e imaginação das crianças.

MARÇO - MÊS DO TEATRO

1. *Workshops* de teatro
2. Celebração do dia do Pai - elaboração de um presente e caminhada
3. Exploração da Estação da Primavera
4. Dia Mundial da Água
5. Celebração da Páscoa
6. Visita Pascal

O mês de março iniciou-se com a semana do teatro, já que foi o mês designado para as ações relacionadas com esta temática. Toda a semana foi dedicada a encenações feitas pelas crianças e para as crianças. De entre as mesmas destacam-se o teatro de fantoches "Os três porquinhos", o teatro de sombras do "Capuchinho Vermelho" e a



"História da Gotinha de Água", enquadrada no projeto "POUP'ÁGUA, Pela Sua Vida!". Estas atividades possibilitaram a educação das crianças pela arte, ajudando no desenvolvimento equilibrado e na apreensão de novos conhecimentos.

No âmbito da celebração do dia do pai estava programada para este mês uma caminhada de pais e filhos. No entanto, devido às más condições meteorológicas esta atividade foi adiada para o dia da celebração do dia da mãe. Ainda assim, ao nível de cada sala foi realizado um presente por cada criança para oferecer ao seu

pai neste dia, símbolo do seu carinho.

Neste mês foi também explorada em cada sala a estação do ano: "Primavera" tendo-se dado a conhecer mais pormenorizadamente às crianças esta época e as suas principais características. Na sequência desta ação, celebrou-se o dia Mundial da Água, e sendo março o mês dedicado ao teatro realizou-se a dramatização da história da "Gota de água" pelas educadoras para todas as crianças. Aproveitando também para desenvolver o projeto "POUP'ÁGUA, Pela Sua Vida!", procurou-se estimular a adoção de boas práticas ambientais e incentivar a poupança de água tendo-se construído a mascote "POUP'ÁGUA" que veio a desempenhar um papel de natureza lúdica na divulgação de estratégias de redução de consumo de água.

O mês de março destacou-se ainda pela celebração da Páscoa. Entender o significado desta celebração foi o primeiro passo do trabalho realizado com as crianças. Assumindo a nossa instituição uma personalidade canónica, entendeu-se que seria importante que as crianças não associassem este período, unicamente, aos símbolos comerciais da época, como os ovos e coelhos de Páscoa, mas sim atribuíssem um significado religioso às celebrações. Neste contexto, realizou-se a Visita Pascal ao Jardim de Infância, com a presença do Capelão da Instituição e refletiu-se ao nível de cada sala

Luís

 Santos

sobre a vivência, a valorização e o respeito pelo verdadeiro sentido da Páscoa. Só posteriormente, e por se tratar de uma celebração religiosa em ambiente escolar, se optou por tratar os símbolos desta época, não do ponto de vista religioso, que inevitavelmente mais atraem as crianças. Neste sentido, cada educadora elaborou, em conjunto com as mesmas, uma prenda de Páscoa onde se incluíram os tradicionais ovinhos de chocolate.

di

E

Zauz

ABRIL - MÊS DA LITERATURA

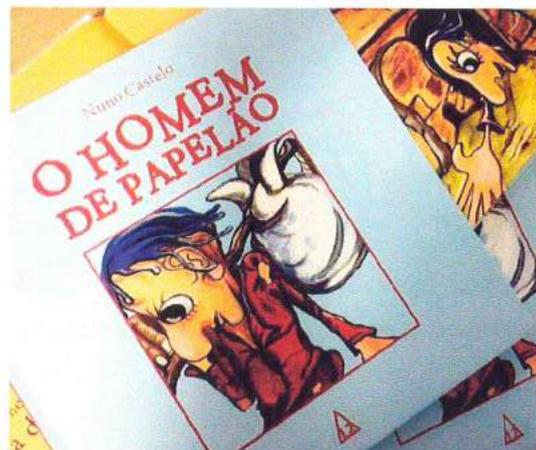
1. Palestra com escritor de literatura infantil
2. Dia da liberdade
3. Celebração do dia da Mãe - elaboração de um presente, aula de ginástica para as mães
4. Visita a uma Biblioteca
5. Elaboração de um livro por sala

As atividades do mês de abril iniciaram-se com a decoração do Jardim de Infância alusiva à literatura. De acordo com o que estava programado no plano anual de atividades, realizou-se uma palestra com um escritor/ilustrador de literatura infantil, Prof. Nuno Castelo, que apresentou o seu último livro "O Homem de Papelão". Foi uma atividade motivante na qual as crianças tiveram a oportunidade de conhecer o autor, conversar sobre a história e os desenhos e também sobre a profissão de escritor. Ainda neste contexto, foi organizada uma feira do livro com o envolvimento das crianças, educadoras e auxiliares de ação educativa que se revelou uma atividade bastante proveitosa. Com esta, foi possível que as crianças envolvidas adquirissem conhecimentos em relação à utilização da biblioteca e à catalogação dos livros e por outro lado manifestou-se bastante interesse por parte dos pais/encarregados de educação e educadoras na aquisição/oferta de livros para a biblioteca.

Para comemorar o dia da liberdade, foram realizadas atividades ao nível de cada sala, dando a conhecer às crianças o motivo pelo qual se celebra esta data.

No âmbito da comemoração do dia da mãe, estava programada uma aula de ginástica. No entanto, dada a impossibilidade da realização da caminhada do dia do pai, optou-se por nesta data, cancelar a aula de ginástica e organizar uma caminhada para pais/mães e filhos, entre os dois jardins-de-infância, com o objetivo de fortalecer laços familiares e institucionais. Paralelamente, considerando que se pretendia desenvolver ações que implicassem toda a comunidade escolar, sobretudo os pais, no projeto "POUP'ÁGUA, Pela Sua Vida!", estabelecendo com estes uma interação permanente, optou-se por, a esta caminhada, se associar um cariz de sensibilização das crianças e pais para os problemas de caráter ambiental, concretamente para a importância da poupança de água. Neste contexto, foram distribuídos opúsculos informativos e crachás alusivos ao projeto.

No que diz respeito à visita à biblioteca, a mesma não se pôde realizar devido às más condições meteorológicas, no entanto, foi levada a cabo a elaboração



de um livro por sala para cada grupo da educação pré-escolar. A elaboração deste livro foi integrada no projeto "POUP'ÁGUA, Pela Sua Vida!" e culminou na construção de um manual de boas práticas na utilização racional da água.

MAIO - MÊS DA MODELAGEM/ESCULTURA

1. Decoração do altar de Nossa Senhora de Fátima
2. Entrega de uma flor à Nossa Senhora na Igreja Matriz
3. Dia da Família

Relativamente ao mês de maio, a primeira atividade programada prendeu-se com a decoração do altar de Nossa Senhora de Fátima e entrega de uma flor por cada criança na igreja de São José, no sentido de proporcionar às crianças o contacto e conhecimento das tradições religiosas da comunidade. Para esta atividade o professor de música ensaiou com as crianças cânticos alusivos à Nossa Senhora.



Finalizando as atividades programadas para este mês, o dia da família foi comemorado com uma atividade por sala.

JUNHO

1. Dia Internacional da Criança
2. Comemoração dos Santos Populares
3. Exploração do Verão

O mês de junho, iniciou-se com os festejos do Dia Internacional da Criança. Com o intuito de promover um dia diferente, as crianças da educação pré-escolar participaram nas atividades organizadas pelo município, no Parque da Cidade. A manhã foi dedicada às crianças das escolas de Fafe que puderam assistir ao arranque do Encontro de Palhaços e brincar com insufláveis, jogos e outras atividades lúdicas. A atividade foi avaliada de forma positiva já que as crianças se demonstraram alegres, bem-dispostas, participativas e curiosas.



As crianças da creche usufruíram de uma divertida manhã no parque exterior do Jardim de Infância com insufláveis e música ambiente. Esta mesma oportunidade foi facultada às crianças da educação pré-escolar no período da tarde tendo ainda sido realizado um

lanche com oferta de bolo para todos.

Também neste mês foram festejados os Santos Populares com a decoração das salas com manjericos e outros objetos alusivos à data, proporcionando às crianças o conhecimento das tradições populares e das características deste tipo de festas.

Também neste mês, foi explorada a estação do ano “Verão” tendo-se dado a conhecer mais pormenorizadamente as suas características através de atividades adequadas para cada grupo de crianças.

Foi também no mês de junho que se iniciou a preparação e os ensaios das atuações para a festa de encerramento das atividades educativas. As mesmas foram idealizadas ao longo do ano, tendo por orientação os temas desenvolvidos por cada grupo ao longo do ano letivo.

JULHO

1. Festa de Final de Ano
2. Passeios de Final de Ano das salas da educação pré-escolar e sala dos dois anos.
3. Encerramento do Ano Letivo.



O mês de julho foi essencialmente dedicado à promoção do convívio, à participação em tarefas de grupo e ao planeamento da festa de encerramento das atividades educativas. Depois de um ano de trabalho, importou fazer um balanço e reflexão do ano letivo. De uma forma geral, constatou-se que foi um ano proveitoso, em que as atividades decorreram a bom ritmo e de acordo com o respetivo calendário. Neste sentido, a festa

de encerramento foi o marco final desta etapa, na qual foi possível proporcionar às crianças e a todo o corpo docente um momento muito agradável e recompensador de todo o trabalho, empenho e dedicação. Esta festa de encerramento realizou-se no pavilhão multiusos de Fafe com a participação de todas as valências do setor educativo da instituição.

Foi também neste mês que se realizaram os passeios de final de ano de todos os grupos da educação pré-escolar, onde foi possível proporcionar às crianças o contacto com diferentes experiências.

Libery
 de
 Fato
 CE
 Santos

AGOSTO

1. Atividades Livres



Findas as atividades pedagógicas, o mês de agosto caracterizou-se essencialmente pela realização de atividades de caráter livre, nomeadamente atividades no exterior, jogos diversos, brincadeiras no parque, jogos de água e areia, entre outros.

Neste mês, o Jardim de Infância apenas manteve a sua prestação de serviços durante a primeira quinzena, havendo uma frequência de crianças substancialmente menor. Na segunda quinzena, o Jardim de Infância encontrou-se encerrado, de acordo com as orientações

emanadas no regulamento interno, sendo destinada ao período de férias do pessoal e preparação das instalações para o ano letivo seguinte.

SETEMBRO

1. Acolhimento das crianças.
2. Reuniões de Pais e Encarregados de Educação.

O mês de setembro foi, essencialmente, dedicado à adaptação das crianças às novas salas e novos colegas. Esta receção decorreu, de uma maneira geral, de forma bastante positiva para todas as crianças.

As atividades educativas iniciaram-se a dia 9 com a organização do ambiente educativo em função dos interesses manifestados pelas crianças. A reunião de encarregados de educação com a Sra. Provedora não se realizou, no entanto, cada educadora agendou datas apropriadas para realizar reuniões com os mesmos, para esclarecimento de algumas regras e entrega do novo regulamento interno.



OUTUBRO

1. Exploração da estação do ano "Outono".
2. Desfolhada.
3. Vindimas.

No mês de outubro foi explorado em cada sala o tema: "Outono" tendo-se dado a conhecer mais pormenorizadamente às crianças a estação do ano e as suas características.

No início do mês as crianças da educação pré-escolar realizaram a desfolhada nos recintos exterior dos jardins-de-infância na presença de um músico convidado para a participação na atividade. O corpo docente avaliou a atividade de forma positiva tendo

sido a escassez do milho a única lacuna. Sugeriu-se que em próximos anos se fizesse uma plantação de milho num campo da instituição, procurando não só melhorar esta falha mas também dotar a atividade de um cariz mais pedagógico e criar um projeto mais abrangente e ambicioso.

Deslocaram-se também neste mês, as crianças, ao Lar Cónego Leite de Araújo, da Santa Casa da Misericórdia para realizar as vindimas. Esta atividade teve a participação dos dois jardins-de-infância e as crianças tiveram a oportunidade de observar o processo da vindima, de provar as uvas, o tradicional bacalhau frito, panados broa e sumo.

Foi realizada uma visita de estudo para as crianças dos 5 anos ao moinho de Aboim que não correu dentro do previsto já que devido ao mau tempo as crianças não puderam sair do autocarro. No entanto, foi apresentado o local às crianças e explicadas as atividades que lá se poderiam desenvolver, com promessa de regresso para visita ao espaço.

No que diz respeito à celebração do dia Mundial da Alimentação, visualizou-se, entre as crianças da educação pré-escolar e dos grupos dos 2 anos da creche, o filme “A carrinha mágica para o almoço”. Com esta atividade pretendeu-se promover hábitos de alimentação saudável e equilibrada. Após a visualização do filme foi discutida entre o grupo a temática do filme e a sua relação com a alimentação saudável, com o intuito de fixar ideias e compartilhar conhecimentos e experiências sobre o assunto. Nesta atividade ressaltou-se o diálogo promovido entre as educadoras e o grupo de crianças, que foi de intensa participação e que possibilitou uma postura crítica, criativa e o desenvolvimento de potencialidades nas crianças.



Neste âmbito, foi também realizado um *workshop*, em horário pós laboral, para os pais/encarregados de educação, com o tema “Educar para uma alimentação saudável”. Pretendeu-se com esta ação promover uma alimentação saudável em casa, já que é essencial que na infância se procure criar hábitos alimentares equilibrados, sendo dever dos pais o contributo para a educação alimentar dos seus filhos. Neste sentido, nesta sessão, subordinada ao tema atrás referido e conduzida por uma nutricionista da Instituição, foi feita uma abordagem global sobre a matéria em apreciação e foram esclarecidas

dúvidas apresentadas pelos encarregados de educação. De uma maneira geral os pais aderiram à iniciativa e referiram ter sido bastante útil.

Ainda no âmbito da celebração do dia Mundial da Alimentação, houve uma dramatização da história “O menino que não gostava de sopa” levada a cabo pelas educadoras, para os três grupos da educação pré-escolar. As educadoras relataram ter sido uma experiência bastante proveitosa, na qual foram perceptíveis o interesse e o entendimento das crianças sobre os assuntos tratados. Desta forma, concluiu-se que as atividades relacionadas com este tema possibilitaram o estudo da



Letícia
 de
 Sofia
 30/11/16

Letícia
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]

nutrição por meio de diversas e importantes vertentes, proporcionando também diferentes experiências além da rotina escolar.

NOVEMBRO

1. Apanha da caruma.
2. Dia de S. Martinho (Magusto)
3. Dia Mundial da Diabetes (sessão de esclarecimento sobre a diabetes/alimentação saudável)
4. Dia Mundial do não fumador (atividade por sala)

As atividades do mês de novembro iniciaram-se com a preparação do magusto. Neste contexto, as crianças da sala dos 5 anos deram o seu contributo através da apanha da caruma para a fogueira onde no dia de S. Martinho se viriam a assar as castanhas. A apanha da caruma foi feita numa quinta do concelho, e depois da tarefa cumprida as crianças dedicaram-se à exploração do espaço físico envolvente. Apesar a caruma existente no local ser de pouca quantidade, a atividade revelou-se bastante divertida pelo contacto com a natureza e as crianças mostraram-se bastante interessadas neste costume.



A celebração do dia de S. Martinho, iniciou-se pela manhã, através do conto da Lenda de S. Martinho às crianças a nível de cada sala. Posteriormente, houve o típico almoço (rojões com batatas e castanhas) e durante o período da tarde realizou-se o tradicional magusto, com a fogueira para assar as castanhas. Nos recreios dos jardins-de-infância, as educadoras colocaram a caruma, acenderam a fogueira e adicionaram as castanhas enquanto as crianças observavam todo o processo com entusiasmo. No final, as crianças comeram as castanhas e brincaram no recinto. A atividade decorreu, assim, dentro do previsto, tendo-se revelado a partilha e os momentos de convívio os momentos mais importantes.



Ainda no mês de novembro, no âmbito da celebração do dia mundial da diabetes, foi programada uma sessão de esclarecimento sobre a diabetes e alimentação saudável para as crianças. Esta ação contou com a presença de duas médicas Pediátricas do Hospital de Guimarães. Tentado apostar na educação e na precaução para a construção de um futuro saudável e seguro, esta ação incidiu, essencialmente, nos cuidados a ter com a alimentação e nos perigos de uma má alimentação para a

saúde.

Sendo também este mês marcado pela celebração do dia mundial do não fumador, foram elaboradas algumas atividades ao nível de cada sala com o intuito da promoção da saúde no meio escolar, chamando-se à atenção para os malefícios associados ao tabaco. Entre outras, foi visualizado o vídeo educativo "Fumar, pra quê?", que apresenta as desvantagens e perigos de se ser fumador. De uma maneira geral, as crianças envolveram-se nas atividades e demonstraram interesse e empenho nas tarefas propostas, colocando questões sobre o tema, pelo que parece ter sido uma iniciativa com aprendizagens bastante significativas.

DEZEMBRO

1. Montagem do presépio
2. Decoração dos jardins-de-infância alusivos à época natalícia, com a participação dos pais;
3. Festa de Natal para as crianças;
4. Participação em atividades de Natal.
5. Exploração da estação do ano "Inverno"

Com a chegada do mês de dezembro, chega também a época natalícia que é, por norma, vivida com grande euforia por parte das crianças. No entanto, é importante que as mesmas entendam o verdadeiro espírito da quadra natalícia, que é por excelência a época da família, da reunião, da união e de um espírito muito próprio de solidariedade. Sendo o Jardim-de-Infância um espaço privilegiado no envolvimento da criança neste espírito, pretendeu-se promover durante este mês a interiorização de valores e o renascimento de velhas tradições. Neste sentido, e pensando que é primordial que as crianças compreendam o motivo da celebração do Natal, a nível de cada sala, foi explicada a história do nascimento de Jesus e procedeu-se à construção das figuras que compõe o presépio.

Ao longo deste mês procedeu-se também à decoração das salas e de todo o edifício, contando com a colaboração dos pais/encarregados de educação, aos quais foi entregue um molde em cartolina, de uma bola de Natal, para em casa e em família, decorarem a seu gosto e, posteriormente, trazerem para o Jardim de Infância com o intuito de se formar uma árvore de natal numa das paredes do infantário.

No que diz respeito à Festa de Natal, a mesma desenrolou-se no salão polivalente do jardim, depois do almoço tradicional de Natal, com a participação das crianças da creche (à exceção do berçário) e das salas da educação pré-escolar, onde as últimas, atuaram para todos os presentes, com as suas canções de Natal. No final destas atuações houve uma visita surpresa do "Pai Natal" que teve direito a aplausos e proporcionou muitas gargalhadas. De seguida, houve uma atividade programada com o intuito de sensibilizar as crianças para a importância da partilha como valor a seguir durante a sua vida social. Assim, todas as crianças da educação pré-escolar trouxeram um brinquedo para oferecer a um amigo, tendo sido esta troca de prendas realizada ao nível de cada sala.



Liberty
 A
 H
 E
 Z
 Zarzi

Ainda relativamente às atividades deste mês, importa referir que houve a participação numa atividade realizada pelo município para a receção do *Pai Natal* na cidade, que se baseou na fantasia da celebração deste acontecimento, recriando o espírito natalício no centro da cidade, marcado por uma forte componente de animação e entretenimento para as crianças, que incluiu um carrossel, palhaços e uma “Casa do Pai Natal”. Houve também, a participação na atividade “Um Natal de Sonho”, organizada pelo E. Leclerc. Esta incluiu diversos *ateliers*, *workshops*, sessões fotográficas, distribuição de brindes, elaboração de pinturas faciais, entre outras atrações. De uma forma geral, todas as crianças trouxeram boas recordações e divertiram-se em grupo nesta época festiva.

Ao longo do mês, foi ainda explorada em cada sala a estação do ano: “Inverno” tendo-se dado a conhecer às crianças as suas características para que possam aprender a prestar atenção a alguns pormenores e a explorar o mundo que as rodeia.

CUMPRIMENTO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Para o ano de 2016 estavam previstas 45 atividades tendo sido realizadas 42, o que corresponde a uma percentagem de concretização superior a 93%. No que diz respeito às 3 atividades não realizadas constata-se que os motivos da sua não execução se prendem com razões externas à organização e que todas elas foram substituídas por outras com objetivos similares. É de realçar que foram ainda efetuadas outras atividades ao longo do ano que não constam no presente relatório, fazendo-se referência apenas àquelas que estavam na programação e às que apesar de não programadas inicialmente, se destacaram pela sua relevância. No que respeita aos destinatários, como já foi referido anteriormente, salienta-se o facto de a maior parte das atividades terem como público-alvo as crianças, apesar de todos os elementos da comunidade escolar (pais/encarregados de educação, educadoras e auxiliares de ação educativa) serem incluídos sempre que possível e oportuno.

Quanto ao tipo de atividades que foram dinamizadas durante o ano, 71% estiveram ligadas à comemoração de efemérides, dias ou festas tradicionais (32 atividades). Seguiram-se as conferências, palestras e atividades formativas (5 atividades), as visitas de estudo e saídas de campo (4 atividades), as atividades artísticas, musicais ou representativas (3 atividades) e os concursos (1 atividade).

Constata-se ainda que as atividades desenvolvidas contribuíram para alcançar os objetivos delineados no Projeto Educativo, permitindo alcançar, de maneira geral, o sucesso educativo, dentro e fora da sala de aula.

2.2 População Adulta

Como atrás foi referido a Santa Casa da Misericórdia de Fafe “oferece” serviços em importantes respostas sociais, de acordo com a procura da população.

Na População Adulta as respostas sociais são as seguintes:

- Estruturas Residenciais para Pessoa Idosa;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Serviço de Apoio Domiciliário a Deficientes;

- Centro de Dia;
- Cantina Social.

Em todas elas se desenvolvem atividades socioculturais e educativas, com exceção da Cantina Social.

Neste sentido, expõem-se, a seguir, algumas das citadas atividades, desenvolvidas de acordo com o plano anual de atividades para 2016.

ATIVIDADES PROGRAMADAS

As diversas equipas multidisciplinares das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, e de outras valências, propuseram nos respetivos planos de atividades, ações diárias, semanais e mensais, baseadas em datas festivas, procurando atingir objetivos operacionais, tendo em conta as necessidades, hábitos, interesses e expectativas dos clientes.

De entre as atividades referidas salientam-se as que mereceram melhor acolhimento por parte dos utentes e que, em nosso entendimento, atingiram os objetivos delineados. A saber:

Dia Mundial da Paz
Dia de Reis
Dia Internacional do Riso
Dia Mundial da Religião
Carnaval
Dia de São José
Páscoa
Primavera
Dia Mundial da Liberdade
Aparição Nossa Senhora
Dia Internacional da Família
Festejo dos aniversários do mês
Danças e Coreografias

Dia de Portugal
Santo António
São João
São Pedro
Dia de N.ª. Sr.ª de Antime
Dia Internacional do Amigo
Dia dos Avós
Passeio Malafaia
Vindimas
São Martinho
Festa de Natal
Cantar dos Reis
Estimulação cognitiva

Handwritten signatures and initials on the right margin, including the word "Santos" written vertically.

Ferreira

Leite

de

de
Bautista

O plano proposto foi de fato arrojado. Foi um ano muito trabalhoso, com algumas mudanças o que exigiu uma reorganização e adaptação constante. A obtenção dos resultados



alcançados deve-se não só ao empenho e generosa colaboração da Mesa Administrativa, dos clientes e suas famílias, e muito especialmente, à dedicação e profissionalismo de todos os colaboradores desta Instituição.

O principal entrave foi a falta de motivação dos idosos. A motivação é aquilo que leva os indivíduos a fazer qualquer coisa com esforço, dedicação, energia e prazer. Segundo Fernández-Mayoralas et al.(2015), o declínio da saúde física e mental, a perda de capacidades funcionais e o enfraquecimento dos laços familiares e sociais representam uma barreira significativa para o envelhecimento ativo, num contexto de institucionalização.

No próximo ano será preciso investir mais nas questões motivacionais individualmente e em grupo.



3. Investimentos

Continuamos a executar obras de beneficiação, manutenção e requalificação de diversas valências, concretamente no Hospital, na Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) *Joaquina Leite Lage*, no Jardim de Infância n.º 2 e na ERPI *Cónego Leite Araújo*.



As viaturas utilizadas nas diversas respostas sociais e a manutenção dos vários equipamentos continuam a ser assegurados pelos serviços do Departamento de Obras e Transportes.

4. Recursos Humanos

Ao Departamento dos Recursos Humanos (RH) incumbe, entre outros, a criação de estratégias e condições que visem um desempenho que possa combinar as necessidades individuais das pessoas com as da organização.

A gestão de recursos humanos tem, assim, por finalidade, a seleção e gestão dos respetivos colaboradores na direção dos objetivos e metas da Instituição.

Neste sentido, os RH são responsáveis, no âmbito da sua atividade, as seguintes áreas de atividade:

- Gestão da Formação;
- Processamento de salários;
- Execução de mapas de folgas, férias e organização dos processos individuais;
- Seleção e Recrutamento de colaboradores.

5. Informações exigidas por diplomas legais

A Mesa Administrativa informa de que a Instituição não apresenta dívidas à Autoridade Tributária em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 554/80, de 7 de novembro.

De acordo com o artigo 210.º, do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa de que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulado.

6. Factos relevantes após o termo do período

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2016.

7. Data de autorização para emissão das demonstrações

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Mesa Administrativa, em reunião de 8 de março de 2016.

8. Proposta de aplicação dos resultados

A Santa Casa da Misericórdia de Fafe apresentou um resultado líquido negativo no valor de 742.507,37 (setecentos e quarenta e dois mil e quinhentos e sete euros e trinta e sete cêntimos.)

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido seja mantido na rubrica resultados transitados, referente ao ano de 2016.

L. S. J.

D.

L. S. J.

Santos

9. Perspetivas Futuras

Como principal e prioritário desígnio da Santa Casa da Misericórdia de Fafe, está o cumprimento dos acordos em vigência, subscritos, designadamente, com o Centro Distrital de Segurança Social, no âmbito do setor social e solidário, com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, no domínio da educação, e com a Administração Regional de Saúde, na área da Saúde.

Através destes protocolos assume-se o dever de continuar a apoiar quem mais precisa do nosso auxílio, independentemente da sua condição socioeconómica.

Neste sentido, assumir-se-á como imperativo prioritário no âmbito da nossa ação, a promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, nos domínios em que atua a Misericórdia, como sejam o apoio à infância, à família, às pessoas idosas, não esquecendo o setor da saúde.

No que respeita a esta última valência, atentaremos no apoio logístico a conceder às especialidades médicas existentes no Hospital, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, e na instalação de outras, promovendo, desta forma, a prestação de cuidados de saúde de qualidade à população, reduzindo o mais possível a transferência de doentes para Hospitais de nível superior. No decurso deste quadriénio, se possível ainda durante o presente ano civil, teremos de intervir na requalificação de algumas áreas, concretamente no Serviço de Urgência, dotando-a de melhores condições de trabalho para os seus profissionais, reforçando as condições de comodidade para o doente.

Outro aspeto onde pretendemos intervir será a redução dos custos de funcionamento da Instituição, de molde a reequilibrá-la económica e financeiramente.

Luís
Fafe
Santa

10. Considerações Finais

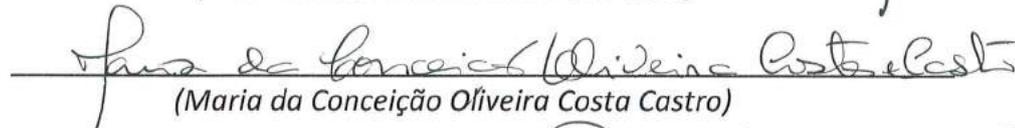
No momento em que é feita a apresentação aos irmãos(ãs) da Santa Casa da Misericórdia de Fafe do presente Relatório de Atividades e Contas, referente ao ano de 2016, a Mesa Administrativa não pode deixar de se congratular pelo sentido cooperativo e solidário que os seus colaboradores emprestaram ao ideal social e solidário que constitui a matriz identitária desta Instituição.

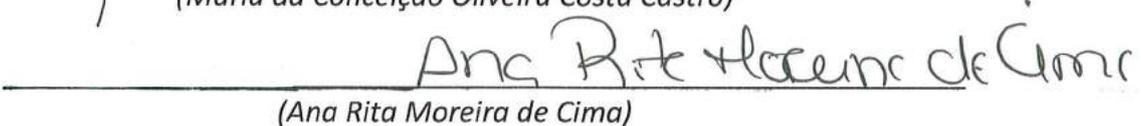
Assim, em nome dos órgãos sociais desta Misericórdia, a Mesa Administrativa agradece a todos os seus profissionais a dedicação e o carinho dispensada aos seus utentes, contribuindo, desta forma, para o seu bem-estar pessoal.

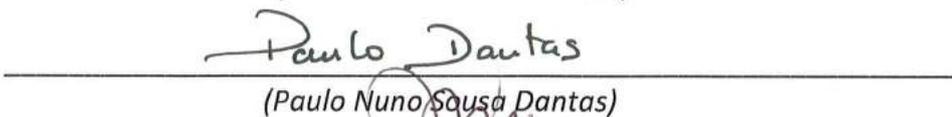
Fafe, 8 de março de 2017.

A Mesa Administrativa,


 (Vitor Manuel Monteiro Ferreira Leite)


 (Maria da Conceição Oliveira Costa Castro)


 (Ana Rita Moreira de Cima)


 (Paulo Nuno Sousa Dantas)


 (António Lopes Silva)

O Presente Relatório de Atividades e Contas _____ aprovado,
 _____, pela Assembleia Geral da Santa Casa da
 Misericórdia de Fafe, em _____ de março de 2016.

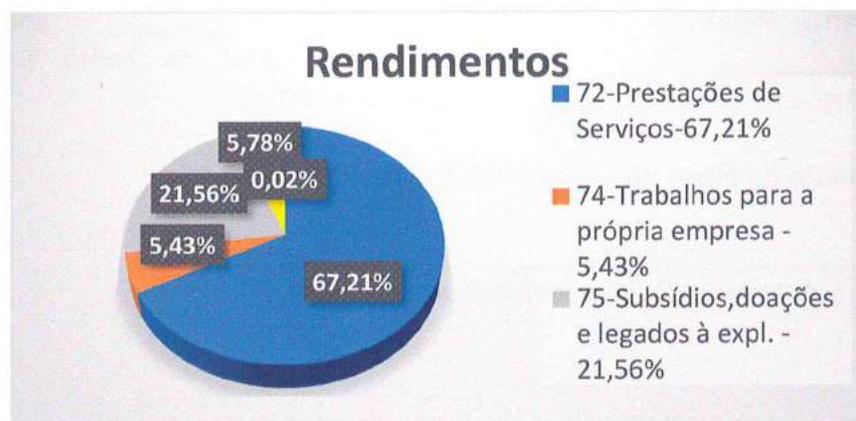
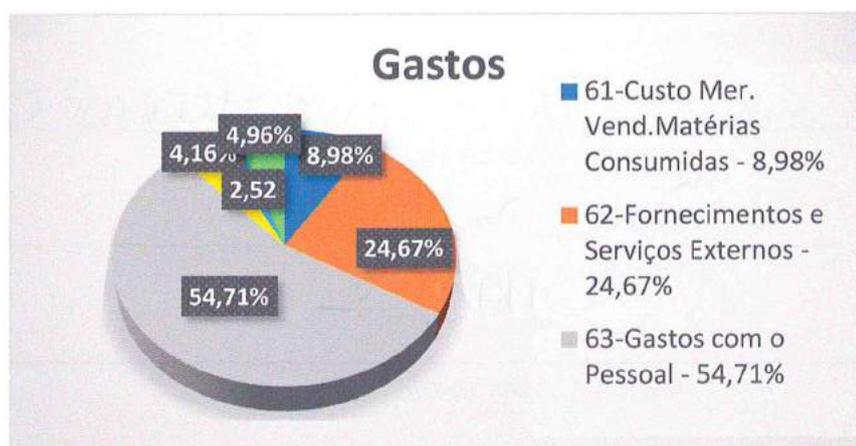
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

 (Dr. Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes).

Síntese Gastos e Rendimentos

Gastos	2016	2015
61-Custo Inventário Vend.Matérias Consumidas	959.257,31	807.675,85
62-Fornecimentos e Serviços Externos	2.637.137,47	1.625.875,58
63-Gastos com o Pessoal	5.847.522,11	5.433.373,47
64-Gastos de depreciação e de Amortização	444.076,84	377.574,36
67-Provisões	269.482,98	
68-Outros Gastos	530.176,48	1.325.930,18
69-Gastos e Perdas de financiamento		-
Total	10.687.653,19	9.570.429,44

Rendimentos	2016	2015
72-Prestações de Serviços	6.683.925,20	5.662.505,21
74-Trabalhos para a própria empresa	540.196,44	1.339.336,41
75-Subsídios,doações e legados à expl.	2.144.325,33	2.114.250,86
78-Outros Rendimentos	575.173,00	576.550,02
79-Juros dividendos e rendimentos similares	1.525,85	9.426,50
Total	9.945.145,82	9.702.069,00



Balança

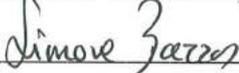
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE
BALANÇO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

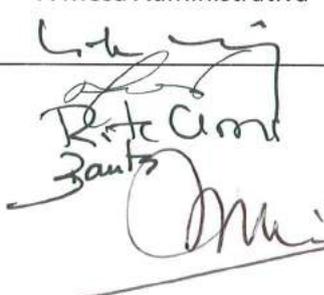
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	11 549 020,23	11 513 899,77
Bens do património histórico e cultural	6	50 664,99	50 664,99
Investimentos financeiros	7	10 475,72	4 669,98
Subtotal		11 610 160,94	11 569 234,74
Ativo corrente			
Inventários	9	114 281,20	106 989,54
Créditos a receber	10	413 389,25	326 481,21
Estado e outros entes públicos	11	11 258,77	10 481,23
Irmãos/membros	8	1 595,50	1 093,50
Diferimentos	12	20 077,95	17 672,41
Outros ativos correntes	14	466 441,97	70 474,92
Caixa e depósitos bancários	13	695 105,01	1 617 725,16
Subtotal		1 722 149,65	2 150 917,97
Total do Ativo		13 332 310,59	13 720 152,71
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15	68 794,61	68 794,61
Reservas	15	2 263 373,13	2 263 373,13
Excedentes de revalorização	16	4 137 764,36	4 268 139,55
Resultados transitados	15	2 518 407,53	2 256 392,78
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	17	3 030 845,82	3 066 775,74
Resultado líquido do período		(742 507,37)	131 639,56
Total dos fundos patrimoniais		11 276 678,08	12 055 115,37
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	269 482,98	-
Subtotal		269 482,98	-
Passivo corrente			
Fornecedores	19	262 257,51	356 965,48
Estado e outros entes públicos	11	143 597,44	136 921,73
Outros passivos correntes	20	1 380 294,48	1 171 150,13
Subtotal		1 786 149,53	1 665 037,34
Total do passivo		2 055 632,51	1 665 037,34
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		13 332 310,59	13 720 152,71

Fafe, 8 de março de 2017

A Contabilista Certificada, n.º 5.725



A Mesa Administrativa



Demonstração dos Resultados por Naturezas

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	21	6 683 925,20	5 662 505,21
Subsídios, doações e legados à exploração	22	2 144 325,33	2 114 250,86
Trabalhos para a própria entidade	23	540 196,44	1 339 336,41
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(959 257,31)	(807 675,85)
Fornecimentos e serviços externos	24	(2 637 137,47)	(1 625 875,58)
Gastos com o pessoal	25	(5 847 522,11)	(5 433 373,47)
Provisões (aumentos/reduções)	18	(269 482,98)	-
Outros rendimentos e ganhos	26	575 173,00	576 550,02
Outros gastos e perdas	27	(530 176,48)	(1 325 930,18)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(299 956,38)	499 787,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(444 076,84)	(377 574,36)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(744 033,22)	122 213,06
Juros e rendimentos similares obtidos	28	1 525,85	9 426,50
Resultados antes de impostos		(742 507,37)	131 639,56
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(742 507,37)	131 639,56

Fafe, 8 de março de 2017

A Contabilista Certificada, n.º 5.725

Simone Barros

A Mesa Administrativa

Luís
 R. de Cima
 Santa Fafe
 Oms

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2015

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	68.794,61	2.263.373,13	2.097.409,79	4.398.514,74	3.090.305,66	28.607,80	11.947.005,73
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Realização dos excedentes de revalorização	16			158.982,99	(130.375,19)			
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	17			158.982,99	(130.375,19)	(23.529,92)	(28.607,80)	
	2	-	-	158.982,99	(130.375,19)	(23.529,92)	(28.607,80)	(23.529,92)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						131.639,56	131.639,56
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3						131.639,56	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5						-	
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015	6=1+2+3+5	68.794,61	2.263.373,13	2.256.392,78	4.268.139,55	3.066.775,74	131.639,56	12.055.115,37

Unidade Monetária: Euros

Fafe, 8 de março de 2017

A Contabilista Certificada, n.º 5.725

du mo ve Fafe

A Mesa Administrativa

Luís
Rita Simões
João

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	68.794,61	2.263.373,13	2.256.392,78	4.268.139,55	3.066.775,74	131.639,56	12.055.115,37
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Realização dos excedentes de revalorização	16			262.014,75	(130.375,19)	(35.929,92)	(131.639,56)	94.445,27
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	17			262.014,75	(130.375,19)	(35.929,92)	(131.639,56)	94.445,27
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						(742.507,37)	(742.507,37)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						(742.507,37)	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10							
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6+7+8+10	68.794,61	2.263.373,13	2.518.407,53	4.137.764,36	3.030.845,82	(742.507,37)	11.276.678,08

Fafe, 8 de março de 2017

A Contabilista Certificada, n.º 5.725

Simão de Barros

A Mesa Administrativa

Luís
Hilário
Barros
Ami

Demonstração dos Fluxos de Caixa

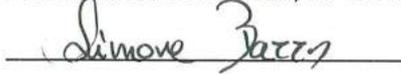
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

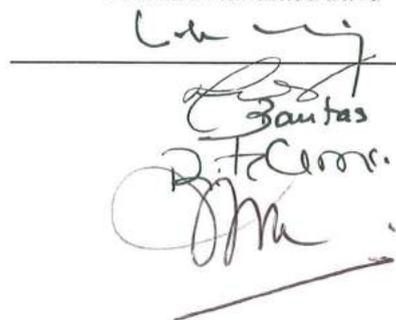
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		6.912.689,51	5.452.091,07
Pagamento a fornecedores		(3.315.966,88)	(2.845.193,97)
Pagamentos ao pessoal		(5.692.681,27)	(5.074.701,13)
Caixa gerada pelas operações		(2.095.958,64)	(2.467.804,03)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		1.482.750,49	2.858.727,31
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(613.208,15)	390.923,28
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(479.197,30)	(719.560,30)
Investimentos financeiros	7	(5.805,74)	(4.156,11)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.752,85	-
Subsídios ao investimento		60.628,20	95.151,21
Juros e rendimentos similares		1.525,85	9.426,50
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(421.096,14)	(619.138,70)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		111.684,14	224.232,77
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		111.684,14	224.232,77
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(922.620,15)	(3.982,65)
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	1.617.725,16	1.621.707,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	695.105,01	1.617.725,16

Fafe, 8 de março de 2017

A Contabilista Certificada, n.º 5.725



A Mesa Administrativa



Anexo

1. Identificação da Entidade

A “SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República n.º 119/83, Série II, com sede em Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 174, 4820-250 Fafe. Tem como atividade prestação de serviços de apoio social a Infância, Juventude e Terceira Idade, com o objetivo principal de satisfazer carências sociais.



Handwritten signature and stamp, possibly reading 'Zarzo'.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

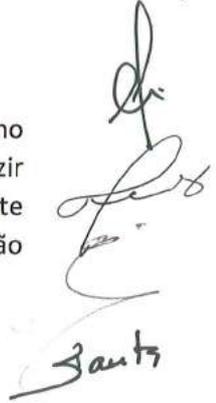
As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

**3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 13 e 19) e "Diferimentos" (Nota 12)

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção e revalorizados, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são in

corridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que

Zares

C. H. J.
di.
H. J.
Zares

se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de possibilitarem atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.3. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Irmãos/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de irmãos/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outros créditos

Os “Clientes” e as “Outros créditos” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

6.12.1
di
Santos

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões e passivos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os passivos Contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado,

a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. No entanto, a entidade não possui rendimentos sujeitos a IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.9. Subsídios do Estado

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the name "Sant" at the bottom.

3000

Liby

3.2.12. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

Handwritten signatures and initials, including 'Liby' at the top and 'Sant' at the bottom.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3227

5. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Saldo em 31-dez-2015
Custo					
Terrenos e recursos naturais	84.255,46	-	-	-	84.255,46
Edifícios e outras construções	11.555.541,35	29.519,17	-	-	11.585.060,52
Equipamento básico	1.496.057,91	136.011,07	-	-	1.632.068,98
Equipamento de transporte	390.714,43	41.957,20	(22.451,92)	-	410.219,71
Equipamento administrativo	312.857,45	133.973,85	(1.217,70)	-	445.613,60
Outros ativos fixos tangíveis	79.175,82	128.681,18	-	-	207.857,00
Investimentos em curso	3.578.629,51	260.329,69	-	-	3.838.959,20
Total	17.497.231,93	730.472,16	(23.669,62)	-	18.204.034,47
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	4.288.306,48	211.637,80	-	-	4.499.944,28
Equipamento básico	1.302.588,50	70.573,62	-	-	1.373.162,12
Equipamento de transporte	381.788,88	12.354,24	(19.951,92)	-	374.191,20
Equipamento administrativo	244.762,53	44.598,43	-	-	289.360,96
Outros ativos fixos tangíveis	115.065,87	38.410,27	-	-	153.476,14
Total	6.332.512,26	377.574,36	(19.951,92)	-	6.690.134,70
Quantia escriturada					11.513.899,77

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Saldo em 31-dez-2016
Custo					
Terrenos e recursos naturais	84.255,46	-	-	-	84.255,46
Edifícios e outras construções	11.585.060,52	100.665,78	-	1.886.090,51	13.571.816,81
Equipamento básico	1.632.068,98	125.171,11	(2.250,00)	-	1.754.990,09
Equipamento de transporte	410.219,71	-	-	-	410.219,71
Equipamento administrativo	445.613,60	39.549,87	-	-	485.163,47
Outros ativos fixos tangíveis	207.857,00	19.374,77	-	-	227.231,77
Investimentos em curso	3.838.959,20	194.435,77	-	(1.886.090,51)	2.147.304,46
Total	18.204.034,47	479.197,30	(2.250,00)	-	18.680.981,77
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	4.499.944,28	251.372,86	-	-	4.751.317,14
Equipamento básico	1.373.162,12	87.710,52	(2.250,00)	-	1.458.622,64
Equipamento de transporte	374.191,20	12.354,24	-	-	386.545,44
Equipamento administrativo	289.360,96	50.354,57	-	-	339.715,53
Outros ativos fixos tangíveis	153.476,14	42.284,65	-	-	195.760,79
Total	6.690.134,70	444.076,84	(2.250,00)	-	7.131.961,54
Quantia escriturada					11.549.020,23

Com a republicação da NCRF-ESNL, pelo Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho, as “designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios) são reconhecidas como ativos fixos tangíveis” (§7.5). Assim, na rubrica “Edifícios e outras construções” constam ativos que até 2015 eram tidos como “Propriedades de investimento” as quais apresentavam, a 31/12/2015, 5.195.029,98 euros como custo histórico e 2.024.874 euros de depreciações acumuladas.

6. Bens do património histórico e cultural

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2016, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

31 de dezembro de 2016

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Saldo em 31-dez-2016
Custo		
Bens móveis	50.664,99	50.664,99
Total	50.664,99	50.664,99

31 de dezembro de 2015

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Saldo em 31-dez-2015
Custo		
Bens móveis	50.664,99	50.664,99
Total	50.664,99	50.664,99

7. Investimentos financeiros

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

O Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, cria e estabelece o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS). O FRSS destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aumentos	Saldo em 31-dez-2016
Fundo de Compensação	2.975,79	5.805,74	8.781,53
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	1.694,19	-	1.694,19
Total	4.669,98	5.805,74	10.475,72

Lib
A
E
Santos

11. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	11.258,77	10.481,23
Total	11.258,77	10.481,23
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	64.582,14	47.006,75
Segurança Social, ADSE e CGA	79.015,30	89.914,98
Total	143.597,44	136.921,73

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	20.077,95	17.672,41
Total	20.077,95	17.672,41

13. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	6.670,84	8.873,54
Depósitos à ordem	688.434,17	558.821,34
Depósitos a prazo	-	1.050.030,28
Total	695.105,01	1.617.725,16

2016

14. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Outros créditos:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Devedores por acréscimos de rendimentos	430.785,02	8.797,31
Entidades devedores por subsídios	23.101,78	53.458,58
IEFP	17.264,15	23.620,95
POPH-031251/2010/23	5.837,63	5.837,63
QREN PO NORTE LAR 2	-	24.000,00
Outros devedores	12.555,17	8.219,03
Perdas por Imparidade	-	-
Total	466.441,97	70.474,92

Woj
 di.
 Saut

15. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2016
Fundos	68.794,61	-	-	68.794,61
Reservas	2.263.373,13	-	-	2.263.373,13
Excedentes de revalorização	4.268.139,55	-	130.375,19	4.137.764,36
Resultados transitados	2.256.392,78	262.014,75	-	2.518.407,53
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	3.066.775,74	-	35.929,92	3.030.845,82
Resultado líquido do período	131.639,56	-	874.146,93	(742.507,37)
Total	12.055.115,37	262.014,75	1.040.452,04	11.276.678,08

16. Excedentes de revalorização

Em 31 de dezembro de 2016, os "Excedentes de revalorização" estavam decompostos da seguinte forma:

Revalorizações Livres

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Diminuições	Saldo em 31-dez-2016
Hospital	3.172.399,52	96.133,32	3.076.266,20
Prédio Rua Dr. Máximo Matos	96.918,43	3.028,70	93.889,73
Lar 1	723.337,55	22.604,30	700.733,25
Lar 2	114.174,43	3.567,95	110.606,48
Lar 4	119.235,37	3.726,11	115.509,26
Infantário 2	42.074,25	1.314,81	40.759,44
Total	4.268.139,55	130.375,19	4.137.764,36

17. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Diminuições	Saldo em 31-dez-2016
Subsídios ao investimento	2.418.427,10	35.929,92	2.382.497,18
Doações	648.348,64	-	648.348,64
Total	3.066.775,74	35.929,92	3.030.845,82

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including the word "Santa" written vertically.

18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica apresentava-se o seguinte movimento:

Descrição	31-12-2015	Aumentos	Diminuições	31-12-2016
Outras provisões	-	269.482,98	-	269.482,98
Total	-	269.482,98	-	269.482,98

A provisão constituída em 2016 é relativa à possibilidade da Santa Casa ter de devolver à ARS uma parte do valor que fora calculado como produção efetiva relativa ao período de 2015.

19. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Fornecedores c/c	262.257,61	356.965,48
Total	262.257,61	356.965,48

20. Outros passivos correntes

A rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	1.966,32	2.382,67
Credores por acréscimos de gastos	762.323,25	639.198,08
Outros credores	446.712,91	529.569,38
Honorários	169.292,00	-
Total	1.380.294,48	1.171.150,13

21. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Serviços Prestados:"

Descrição	2016	2015
Quotas dos utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes	6.680.908,20	5.661.196,21
Infância e juventude	305.526,60	308.610,25
Família e comunidade	6.017,96	5.211,38
Terceira idade	1.485.576,82	1.359.247,52
Área da saúde	4.883.786,82	3.988.127,06
Quotas e Jóias	3.017,00	1.309,00
Total	6.683.925,20	5.662.505,21

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including the name "Santos" at the bottom.

22. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2.144.125,33	2.084.100,86
ISS, IP	2.100.679,85	2.078.195,51
IEFP	30.271,40	5.905,35
FEDER	13.174,08	-
Município de Fafe	200,00	30.150,00
Total	2.144.325,33	2.114.250,86

23. Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria Entidade são relativos aos gastos suportados com refeições, transportes e o setor agrícola.

24. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Serviços especializados (*)	1.816.666,43	916.452,17
Trabalhos especializados	907.936,40	383.044,62
Honorários	784.927,90	471.707,35
Conservação e reparação	108.587,58	49.793,32
Materiais	41.528,10	38.523,68
Energia e fluidos	518.631,16	470.806,47
Deslocações, estadas e transportes	72.649,14	58.545,14
Serviços diversos (*)	187.662,64	141.548,12
Outros	81.437,45	69.959,51
Comunicação	78.482,20	41.448,95
Seguros	25.233,94	27.620,14
Total	2.637.137,47	1.625.875,58

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

Handwritten signatures and initials, including the name "Santos" at the bottom.

25. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram, respetivamente de 5 elementos. De um período para outro não se verificou nenhuma saída.

Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 375 e em 31/12/2015 foi de 355.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	4.819.288,84	4.490.319,96
Encargos sobre as remunerações	986.397,47	917.278,96
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	27.129,41	25.454,55
Outros gastos com o pessoal	14.706,39	320,00
Total	5.847.522,11	5.433.373,47

Zary

26. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos suplementares	58.744,58	50.813,02
Descontos de pronto pagamento obtidos	5.550,42	4.791,82
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	248.338,36	247.559,17
Outros rendimentos e ganhos	262.539,64	273.386,01
Donativos	120.296,26	234.646,40
Outros	106.313,46	15.209,69
Imputação subsídio investimento	35.929,92	23.529,92
Total	575.173,00	576.550,02

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

27. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	5.891,44	6.182,01
Quebras	1.774,41	-
Outros gastos e perdas (*)	522.510,63	1.319.748,17
Refeições	477.548,26	1.281.101,28
Quotas	42.708,36	37.068,33
Multas e penalidades	2.042,50	-
Total	530.176,48	1.325.930,18

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

28. Resultados financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.525,85	9.426,50
Total	1.525,85	9.426,50
Resultados financeiros	1.525,85	9.426,50

L. H. J.

 J. S.

 J. S.

 J. S.

30/12/17

Li.k.g
Dr

29. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2016 e 2015, foram de 5.000€ em cada um dos períodos.

Dr
Santos

30. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 8 de março de 2017.

Fafe, 8 de março de 2017

A Contabilista Certificada, n.º 5.725

Simone Zetes

A Mesa Administrativa

Luís
Artur
Santos
Am